

# Acção Socialista

Director interino: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## CREDIBILIZAR O SISTEMA POLÍTICO MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Em vez de procurar miríficas reformas globais, aliás sempre adiadas para o momento seguinte, o Governo do PS entendeu avançar com medidas certas. Assim, apresentou duas propostas de lei que são o ponto de partida para um debate parlamentar aberto sobre a limitação dos cargos políticos e sobre as condições de exercício dos lugares de dirigentes da Administração Pública.

Em relação à primeira das medidas, cumpre-se finalmente o preceito constitucional que restringe os mandatos executivos. A proposta do Governo vai no sentido de limitar a 12 anos ou três mandatos sucessivos o exercício dos cargos de primeiro-ministro, presidente de governo regional, presidente das câmaras municipais e de juntas de freguesia. Respeitando e valorizando o esforço de governantes e autarcas, acatou-se, no entanto, que os limites agora determinados respeitem os mandatos em curso, possibilitando-se também que possam exercer funções por mais um mandato consecutivo.

No que respeita ao estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, a iniciativa governamental visa clarificar, reduzir e profissionalizar. Enquanto a clarificação da Administração Pública passa pela definição do que é de livre nomeação daquilo que são as promoções independentemente dos ciclos eleitorais, a redução prende-se com a diminuição dos altos dirigentes na medida em que se estabilizam os exercícios de secretários-gerais e inspectores gerais, já a profissionalização consiste no reforço da formação dos quadros que passam a ser recrutados através de concursos adequados.

Neste primeiro mês de governação socialista, o Executivo levou a sério os bons princípios republicanos da transparência e da renovação dos cargos públicos de natureza política, da prevenção dos riscos da excessiva personalização dos poderes, do rigor e do profissionalismo no conjunto da administração do Estado, da sobriedade e contenção no uso dos bens públicos.

3

### ENTREVISTA

**Alberto Martins:**  
**"Praticar uma  
democracia  
de proximidade"** 10

### SEGURANÇA INTERNA

**Reforço dos meios  
policiais e maior  
controlo de armas** 4

### SAÚDE

**Reforma do SNS  
beneficia os que  
mais precisam** 6

### REVISÃO CONSTITUCIONAL

**PS defende processo  
cirúrgico** 7

### PACOTE AUTÁRQUICO

**Debater com  
tempo revisão  
da lei eleitoral** 7

### 32º ANIVERSÁRIO DO PS

**Livro analisa  
percurso estratégico  
e ideológico do  
partido** 9

### AUTÁRQUICAS 2005

**Candidaturas  
lançadas em todo  
o país** 15

**29**  
**ABRIL**  
**PORTO**

**30**  
**ABRIL**  
**LISBOA**

**FÓRUM NOVAS FRONTEIRAS  
PODER LOCAL**



# GANHOS EM SAÚDE: O GRANDE DESAFIO

O Programa Eleitoral que o Partido Socialista apresentou aos portugueses foi sufragado nas eleições do passado mês de Fevereiro através de uma maioria absoluta inquestionável.

No que concerne às questões da saúde, vários compromissos foram assumidos.

Um Sistema da Saúde mais justo e flexível, garantindo a universalidade, a acessibilidade e a equidade, mais participado, e com alto grau de eficiência e eficácia é o objectivo central na redefinição da política de saúde.

Uma política de saúde com mais e melhor saúde, isto é, orientada para "ganhos em saúde".

Uma reforma que privilegie uma reorganização do sistema a todos os níveis, colocando a centralidade no cidadão.

Uma forte componente pública, o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que deve ser eficientemente gerido, criando mais valor para os recursos de que dispõe. Uma reforma que finalmente coloque os cuidados de saúde primários como o pilar central do sistema de saúde.

Uma reforma que se preocupe com uma intervenção no envelhecimento e na saúde, criando serviços de proximidade e melhor acesso para os mais idosos. O Governo do Partido Socialista pouco tempo após o início de funções, iniciou já um processo de reforma do sistema nacional de Saúde que irá dentro de alguns meses ter tradução efectiva no dia a dia dos cidadãos.

A implementação de um processo de reforma dos cuidados de saúde primários, reconfigurando os Centros de Saúde e dando-lhes um papel central na garantia de saúde e bem-estar da população portuguesa, está já em marcha.

O processo de criação de Unidades de Saúde Familiares (USF) é um primeiro e decisivo passo para garantir a todos os portugueses uma maior acessibilidade aos cuidados de saúde.

As USF serão a unidade nuclear de prestação de cuidados de saúde de proximidade ao cidadão, sendo constituídas por pequenas equipas multiprofissionais e auto-organizadas, com autonomia organizativa funcional e técnica, garantindo um plano assistencial a uma população determinada. Será implementado um sistema retributivo aos profissionais que premeie a produtividade, a acessibilidade e a qualidade, e disporão de meios de diagnósticos descentralizados.

Ao nível da intervenção nos cuidados de saúde às pessoas idosas e às pessoas em situação de dependência, a criação de uma comissão, aprovada por despacho conjunto do ministro da Saúde e do Ministro do Trabalho e da Segurança Social, vem finalmente dar continuidade a um trabalho iniciado nos governos do Partido Socialista, que durante os últimos três anos esteve praticamente estagnado.

Uma acção conjunta que garanta a prática integrada de cuidados continuados, promovendo a criação de Serviços Comunitários de Proximidade, reactivando os cuidados de saúde no domicílio, e reforçando o apoio à família através de internamento temporário e apoio domiciliário de saúde.

Fomentar a indispensável articulação entre Centros de Saúde, Hospitais, Unidades de Cuidados Continuados, Unidades de Cuidados Paliativos e Instituições de Apoio Social, mostra-se fundamental para o acompanhamento de situações de fragilidade e incapacidade susceptíveis de prevenção, tratamento e recuperação, mantendo a dignidade e a qualidade de vida.

A conversão dos Hospitais SA em Entidades Públicas Empresariais (EPE), também já decidida pelo Governo, não é, ao contrário do que muitos têm tentado fazer crer, uma mera operação cosmética de sigla. É, isso sim, e em primeiro lugar, um sinal claro do Governo de não deixar dúvidas de que a maioria dos Hospitais do SNS devem permanecer claramente na esfera do sector público.

Os Hospitais EPE estarão sujeitos a um rigoroso regime de serviço público ao nível das orientações estratégicas integrando-se numa rede integrada de prestação de cuidados de saúde.

Os Hospitais EPE privilegiarão uma gestão empresarial, flexível, sensível ao gasto, em que a avaliação de desempenho seja rotina e a empenhada em valorizar o mérito. Mas ao contrário dos Hospitais SA não têm como objectivo o crescimento, a concorrência e a consolidação no mercado. Têm isso sim, uma lógica de funcionamento que considere aspectos de competitividade mas aspectos de cooperação entre serviços.

Os Hospitais EPE não serão avaliados no seu desempenho, só em função da quantidade de actos prestados, mas sim pela qualidade dos mesmos e pelas necessidades população que servem, com base em informação epidemiológica.

O método de financiamento dos Hospitais será em função do tipo, valor e qualidade dos actos que prestam e não em função dos custos de produção. Estas são medidas fundamentais para garantir a equidade no acesso e a não discriminação dos doentes, em função de um subsistema ou seguro, ou da existência de doenças mais graves e que impliquem mais custos para as entidades que prestam os serviços de saúde.

Para o sucesso desta política de saúde é necessário um empenhamento de todos os portugueses. É necessária uma articulação estreita com os profissionais, com as autarquias e com os utentes e suas associações.

Sem a participação informada e esclarecida de todos não será possível implementar as reformas que Portugal necessita.

É para este grande desafio que todos estamos convocados.



**LUÍS CARITO**

*O Governo do Partido Socialista pouco tempo após o início de funções, iniciou já um processo de reforma do sistema nacional de Saúde que irá dentro de alguns meses ter tradução efectiva no dia a dia dos cidadãos.*

## ANDAR POR AÍ

**ANTOONIO COLAÇO**

-EI, MENINO, VENHA CÁ, DEPRESSA! **AFINAL PARA ONDE É QUE O MENINO QUER IR?!**

**-VOU ANDAR POR AÍ, PAPÁ, NUMA GANDA NÓIA?!**

-O QUÊ! O MENINO AINDA NÃO PERCEBEU QUE O PAPÁ AGORA É QUE MANDA E QUE O TEMPO DAS TRAPALHADAS DO TIO SANTANA ACABOU? EU ACHO É QUE O MENINO ANDA A VER MUITO O "CONTRAINFORMAÇÃO"! JÁ PARA O QUARTO FAZER OS TRABALHOS DE CASA!



## LIMITAÇÃO DE MANDATOS

# CONTRIBUIR PARA A RENOVAÇÃO DA CLASSE POLÍTICA

O Governo aprovou uma proposta de lei de delimitação de mandatos de cargos políticos executivos, que quer ver entrar em vigor ainda antes das eleições autárquicas, de forma a impedir que presidentes de câmaras há 12 anos no cargo se prolonguem por mais oito anos nessas funções.

"É uma medida que pode contribuir para a renovação da classe política, prevenindo o risco de associado a uma excessiva personalização inerente ao exercício de cargos executivos", afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, no final da reunião do Conselho de Ministros.

O diploma que seguiu para debate parlamentar estabelece, na generalidade, um limite de 12 anos consecutivos à duração do exercício dos mandatos de primeiro-ministro, presidentes dos governos regionais dos Açores e da Madeira, presidentes de câmaras e de juntas de freguesia.

A proposta de lei, que terá de ser aprovada por uma maioria de dois terços no Parlamento, prevê que um presidente de câmara ou presidente de governo regional em funções há mais de 12 anos apenas possa recandidatar-se a mais um mandato de quatro anos.

No entanto, se o diploma apenas entrar em vigor após as eleições autárquicas, presidentes de câmaras actualmente em funções há mais de 12 anos apenas teriam o seu último mandato limitado por lei nas eleições para o Poder Local de 2009.

"Queremos ajustar o texto da lei às próximas eleições e, por isso, entendemos ser possível aprová-la rapidamente", sustentou o ministro.

Na conferência de Imprensa, Pedro Silva Pereira salientou que o Governo tem a "convicção profunda" que a proposta não incorre em inconstitucionalidade ao prever que os actuais presidentes de câmaras e de governos regionais em funções há mais de 12 anos apenas se possam recandidatar por mais uma vez.



Segundo sublinhou Pedro Silva Pereira, a proposta do Executivo socialista "não sofre de qualquer inconstitucionalidade", já que "não prevê qualquer retroactividade política ou jurídica" para os titulares de cargos políticos executivos em funções há mais de 12 anos.

"A proposta do Governo previne a retroactividade ao não afectar os mandatos em curso e ao não colidir com as expectativas de recandidatura a mais um mandato dos titulares de cargos políticos que se encontram há 12 anos em funções", disse.

O ministro da Presidência referiu ainda conhecer a tese de que o tempo de contagem para a limitação de mandatos de cargos políticos só deveria começar a partir do momento em que a nova legislação entrasse em vigor.

"Mas o Governo não seguiu esse caminho, porque isso representaria diferir a aplicação da lei por 12 anos", explicou.

Na mesma conferência de Imprensa, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, esclareceu que a proposta de lei não prevê limitação de mandatos de outros altos cargos dirigentes,

porque apenas se aplica a cargos políticos e sublinhou que o diploma aprovado em Conselho de Ministros "representa um ponto de partida" para a discussão que se fará sobre esta matéria na Assembleia da República.

## Nomeações de dirigentes da Administração Pública

O Governo aprovou também, em Conselho de Ministros, uma proposta de lei que estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos da Administração Pública.

A proposta governamental altera o estatuto do pessoal dirigente e impõe que "os altos cargos dirigentes de direcção superior cessam automaticamente com a mudança de Governo".

Segundo o diploma, essa regra não se aplica a secretarias-gerais, inspecções-gerais ou organismos equiparados e a outros serviços onde vigorem regras especiais de inamovibilidade ou cujas atribuições tenham natureza predominantemente técnica.

Quanto aos cargos de direcção intermédia

ficam afastados deste regime de cessação automática, obedecendo a "um procedimento adequado de concurso simplificado de selecção", de forma a garantir "a transparência e a independência dessas nomeações".

O diploma estabelece também a exigência de cursos adequados de formação para os dirigentes da Administração Pública e cria a figura da Carta de Missão, que representa um compromisso de gestão dos dirigentes nomeados, relevante para

a avaliação do exercício das suas funções. A nova legislação abre também a possibilidade de recrutamento de chefias intermédias fora da Administração Pública, caso não se apresentem candidatos internos ou estes não preencham os requisitos necessários. Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o novo regime tem como objectivo "dar um passo relevante na história da Administração Pública".

J.C.C.B.

## AS PROPOSTAS

### Limitação de mandatos

Primeiro-ministro e presidentes dos governos regionais podem permanecer, no máximo, 12 anos no cargo

Presidentes das câmaras municipais e presidentes das juntas de freguesia têm como limite o exercício de três mandatos sucessivos, não podendo ser reeleitos no quadriénio imediatamente seguinte ao termo do terceiro mandato consecutivo

Os titulares de cargos que tenham, à entrada em vigor da lei, ultrapassado três mandatos, podem candidatar-se a um único mandato consecutivo

### Nomeações na Administração Pública

Os altos cargos de direcção superior cessam automaticamente com a mudança de governo

A regra não se aplica às secretarias-gerais, inspecções-gerais ou organismos equiparados, bem como a outros serviços onde vigorem regras especiais de inamovibilidade ou cujas atribuições tenham natureza predominantemente técnica

Os cargos de direcção intermédia ficam afastados deste regime de cessação, sendo eliminado o regime de simples nomeação

O provimento desses lugares será feito através de um procedimento adequado, de concurso simplificado de selecção, transparente e independente

Aos dirigentes passam a ser exigidos cursos adequados de formação

É criada a Carta de Missão, que configura um compromisso de gestão dos dirigentes nomeados

Abre-se a possibilidade de recrutar chefias intermédias fora da administração

## JORGE COELHO QUESTIONA

# QUEM MANDA NO PSD? MENDES OU JARDIM?

Na sua primeira oportunidade para demonstrar que é um líder forte e ao agir sob o efeito das ameaças do presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, o novo líder do PSD, Marques Mendes, teve um "teste negativo".

A crítica, certa e directa, partiu do responsável pelo pelouro autárquico do PS, Jorge Coelho, para quem ficou perfeitamente claro que "O dr. Alberto João Jardim ameaçou e o dr. Marques Mendes recuou".

O coordenador da Comissão Permanente do PS referia-se às declarações de Marques Mendes, no passado dia 16, em que anunciou que o PSD vai tentar



agendar para 28 de Abril, na Assembleia da República, a apreciação do seu projecto de reforma autárquica.

Segundo Jorge Coelho, Marques Mendes teve "a sua primeira grande oportunidade" de "mostrar que põe os princípios e aquilo que são as suas convicções acima do que são os meros interesses internos de alguns dirigentes do PSD".

Mas "foi um teste negativo", porque "não resistiu a um falar alto de Alberto João Jardim", denunciou o dirigente do PS, para depois convidar os portugueses para tirarem as suas ilações do facto de o PSD e seu líder terem afirmado que eram a favor da limitação de mandatos e,

agora, "num jogo de faz de conta, porque tem medo do dr. Alberto João Jardim", sugerem que a lei só entre em vigor daqui a 12 anos.

"É um mau começo", venceu Coelho, afirmando esperar que Marques Mendes "ainda pense melhor e que, em coerência com o que sempre disse no passado, possa vir a apoiar a lei que o PS aprovou de limitação dos mandatos executivos, fazendo com que os portugueses possam acreditar mais nas suas instituições".

"Se não o fizer, ficará como responsável de tudo continuar na mesma e os portugueses ficarão a saber que quem manda no PSD é Alberto João" rematou o dirigente socialista.

## SEGURANÇA INTERNA

# REFORÇO DOS MEIOS POLICIAIS E MAIOR CONTROLO DE ARMAS

*O acesso a armas de fogo e a explosivos será restringido e reforçados os meios e as competências das forças de segurança no que respeita a acções preventivas de combate à criminalidade.*

*O anúncio foi feito pelo ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, no dia 11, no final de uma reunião do Conselho Superior de Segurança Interna, que decorreu na residência oficial do primeiro-ministro.*

Já na posse do novo director nacional da PSP no passado dia 9, Sócrates, tinha anunciado o reforço de meios que garantam as tarefas das forças de segurança e uma legislação mais exigente no que respeita ao controlo de armas e de explosivos, referindo que o Conselho Superior de Segurança Interna iria tomar medidas nesse sentido.

Na ocasião, o primeiro-ministro recordou a morte de três polícias na Amadora nos meses de Fevereiro e Março. "Nós não esquecemos o que se passou e queremos reafirmar que é intolerável" que aconteçam situações daquele tipo, afirmou.

A propósito, adiantou que serão implementadas medidas que "garantam que as forças de segurança no exercício das suas funções tenham não apenas as normas, os procedimentos adequados às missões de risco que desempenham, mas

também os meios que lhes permitam enfrentar todas as situações".

E sublinhou que "é preciso garantir a todos que em nome do Estado lutam pelo cumprimento da lei em situações difíceis que têm todos os equipamentos e todos os meios que lhes garantam que essa tarefa pode ser desempenhada".

José Sócrates referiu ainda que serão tomadas também medidas que garantam apoio às famílias de efectivos das forças de segurança mortos em serviço.

"É o momento de tomar medidas para que possamos garantir às famílias daqueles que caíram no cumprimento do seu dever que não deixarão de ser apoiadas", sublinhou. Para reforçar a segurança, Sócrates defendeu ainda uma maior prevenção e coordenação entre todas as forças policiais e um policiamento de proximidade.



## Actuação das polícias sob controlo do Ministério Público

Na reunião do Conselho Superior de Segurança Interna, presidida pelo primeiro-ministro, foi reafirmada a vontade governamental de "reforçar" os poderes das forças policiais em termos de "acções preventivas de identificação, revista e busca", com vista a um "combate mais efectivo" da criminalidade. As forças de segurança actuarão a esse nível "sob controlo do Ministério Público, para garantir os direitos dos cidadãos", garantiu António Costa em declarações à Comunicação Social.

Actualmente as acções de identificação, revista e busca são realizadas "num quadro de suspeita" e passarão a ser legalmente possíveis em termos de prevenção da criminalidade, principalmente nas zonas consideradas problemáticas, mas "sempre sob controlo do Ministério Público", acrescentou o ministro.

Sobre a actual situação do país em termos de criminalidade, António Costa disse que "Portugal é o país europeu com mais baixa criminalidade", mas adiantou que "há bolsas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto onde tem aumentado". O Gabinete de Segurança Interna, que

funciona junto do Ministério da Administração Interna, ficou encarregue de elaborar um plano, a concluir "em breve", sobre quais os equipamentos e o dispositivo de que necessitam as forças de segurança.

Feito o diagnóstico das carências das forças de segurança, o Governo tomará então as medidas no sentido de garantir os meios humanos e materiais necessários ao cumprimento das missões, referiu ainda António Costa.

O ministro de Estado e da Administração Interna prometeu, por outro lado, a regulamentação das indemnizações por morte ou incapacidade dos profissionais das forças de segurança, em resultado de incidentes em serviço, devidas às famílias, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro deste ano.

Por sua vez, o ministro da Justiça, Alberto Costa, que também participou na reunião do Conselho Superior de Segurança Interna e na conferência de imprensa que se seguiu, realçou "a importância da coordenação" entre todas as entidades que têm responsabilidades em termos de segurança.

"A importância da coordenação foi um dos pontos fortes da reunião", afirmou Alberto Costa, apontando como um exemplo "a interpenetração entre as forças policiais, o Ministério Público e o juiz de instrução", como pretende o Governo com a implementação de acções preventivas de identificação, revista e busca.

Alberto Costa anunciou, também, alterações em sede do Código Penal para promover um combate mais eficaz à criminalidade.

## ARQUIVADO PROCESSO RELATIVO À FUNDAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E SEGURANÇA

A Procuradoria-Geral da República arquivou há meses, mas só agora chegou ao conhecimento público, o processo relativo à Fundação para a Prevenção e Segurança (FPS), criada pelo anterior Governo do PS, em que foram injustamente visados, entre outros, os nossos camaradas Armando Vara e Luís Patrão.

"Termina assim, ao fim de vários anos, um processo verdadeiramente kafkiano e de evidente intriga política, que causou danos irreparáveis a pessoas que apenas se tinham disponibilizado para servir desinteressadamente uma causa de serviço público", escreve Armando Vara numa carta dirigida ao presidente da Assembleia da República.

A razão de ser desta missiva, segundo Vara, prende-se com o facto do Parlamento ter sido directo "interviente no processo, através de uma Comissão de Inquérito constituída para o efeito" e para salvaguardar "o bom nome de todas as pessoas envolvidas neste processo".

Acresce também o facto da Comunicação Social que ao longo de meses tratou o assunto "como se

de escândalo se tratasse não deu qualquer notícia" sobre a decisão procurador refere magoado o antigo governante socialista.

Na carta de Vara a Gama pode ainda ler-se em defesa da legalidade e da transparência da FPS que esta foi "a instituição mais investigada do país. PGR, Conselho Consultivo da PGR, PJ, Tribunal de Contas, IGAJ (MAI), Comissão Parlamentar de Inquérito, todas estas instituições desencadearam, por intensa pressão mediática, processos de investigação e, caso raro em Portugal, foram todos concluídos, ficando as pessoas envolvidas ilibadas de qualquer responsabilidade penal ou de qualquer outra acusação, designadamente a que se relacionava com a utilização indevida de dinheiros públicos". A Fundação em causa, recorde-se, foi constituída por Armando Vara para executar acções ligadas à segurança rodoviária em 2000 quando era secretário de Estado da Administração Interna, e esteve na origem da sua demissão do Governo, já como ministro do Desporto de António Guterres.

## AGRICULTURA

# GOVERNO AVANÇA COM PRIORIDADES PARA QUATRO ANOS

Articular "competitividade/selectividade, meio ambiente e diversificação de culturas e sectores" é o desafio assumido pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, cujo principal responsável apontou, no passado dia 12, os três grandes eixos da política agrícola portuguesa a prosseguir nos próximos quatro anos.

Falando na sessão de abertura das I Jornadas Agro-Industriais de Alimentação de Agricultura Biológica, que se realizaram em Lisboa, no âmbito da Feira Alimentária, Jaime Silva reiterou um "carinho especial pela agricultura biológica", que juntamente com a floresta, o vinho, o azeite e a hortofruticultura, constitui o lote das "prioridades do Ministério" como sectores a dinamizar.

Acentuando a importância da preservação do meio envolvente, o governante frisou que a "agricultura foi o primeiro sector a nível europeu a integrar políticas ambientais".

A este propósito, Jaime Silva referiu a possibilidade de desenvolvimento de "pequenos nichos de mercado nos produtos de denominações de origem



ou biológicos", que podem vir a ser complementares do turismo rural e do artesanato.

Relativamente ao financiamento da actividade agrícola nacional, designadamente aos fundos derivados do futuro Quadro Comunitário de Apoio (QCA 2107-2013), o ministro adiantou que a Comissão Europeia ainda não pôs as propostas na mesa, ressalvando porém que não se esperam verbas iguais às anteriormente recebidas.

## SAÚDE

# REFORMA DO SNS BENEFICIA DOENTES QUE MAIS PRECISAM

Para tornar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) num sistema "mais eficiente e participado, mais justo e flexível", o Governo socialista avança com um conjunto de diplomas que concretizam os compromissos assumidos no âmbito de um processo mais amplo de reforma do sector.

No passado dia 7, o Conselho de Ministros aprovou medidas no âmbito da transformação dos hospitais SA, da acessibilidade dos cuidados primários, do apoio à terceira idade em situação de dependência, da política do medicamento e da reestruturação dos serviços. No comunicado da reunião realizada no Dia Mundial da Saúde, o Executivo explica que os hospitais "Sociedade Anónima" tonar-se-ão "Entidades Públicas Empresariais", passando por isso a estar sujeitos a "um regime rigoroso de serviço público ao nível das orientações estratégicas", por forma a garantir que aquele conjunto de empresas funcione, quer a nível operacional quer a nível da racionalidade económica das decisões de investimento, como "uma rede articulada de prestação de cuidados", com vista a integrar-se no Plano Nacional de Saúde. A este propósito, o primeiro-ministro esclareceu, numa visita ao Centro de Saúde de Odiveelas, que o Governo não vai avançar no domínio da privatização das unidades hospitalares, considerando a transformação proposta em alternativa como "um sinal claro das intenções do Executivo".

"Desejamos que haja nos hospitais um sistema empresarial que assegure uma maior flexibilidade e melhores condições para a gestão, mas queremos que sejam



empresas públicas", explicou José Sócrates, para quem é imprescindível que os cuidados de saúde para todos sejam assegurados por organismos públicos, mas estes têm de ser mais modernos, melhores, mais eficazes e menos dispendiosos.

Assim, para fazer o acompanhamento dos Hospitais EPE, o Executivo socialista vai criar uma Comissão de Avaliação, que terá um mandato de seis meses, período durante o qual fará o ponto da situação deixada pelas sociedades anónimas, propondo de seguida as medidas que considere mais adequadas à revisão do modelo económico e organizacional dessas valências hospitalares.

Já no que toca à prometida reestruturação dos centros de saúde, mediante a melhoria das acessibilidades aos cuidados de saúde primários, fica patente a intenção de os direccionar para servirem os "doentes que mais precisam do SNS".

Ao assinalar o Dia Mundial da Saúde na referida visita ao centro de Odiveelas, único com cuidados continuados e um exemplo que o primeiro-ministro quer estender ao resto do país, Sócrates explicou que a medida do Governo "não passa apenas por afectar mais verbas, mas pela criação de condições e por um envolvimento multidisciplinar para apoiar os que mais precisam", em particular os idosos, os doentes crónicos e os dependentes.

## Maior proximidade ao utente

O Conselho de Ministros deu também carta branca à formação de um Grupo Técnico que terá por missão específica desenvolver a metodologia para a criação de Unidades de Saúde Familiar (USF), num prazo máximo de seis meses.

As USF serão a unidade nuclear de prestação de cuidados de saúde de

proximidade ao cidadão, constituída por uma equipa multidisciplinar mínima capaz de garantir, "com autonomia funcional e técnica", um plano assistencial a uma população determinada, ao nível dos cuidados de saúde primários.

Até à reforma dos centros de saúde, o Governo decidiu repor em vigor o regime legal relativo aos mesmos, fixado em 1999, e que, em 2003, foi substituído por um novo regime jurídico "totalmente inadequado", que "não teve em conta a diversidade de situações que se verificam em Portugal."

As mudanças nas políticas de saúde e solidariedade social dirigem-se também à terceira idade e aos deficientes. Nesse sentido, foi criada uma Comissão para o Desenvolvimento dos Cuidados às Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência.

Esta entidade tem como objectivo central a definição de um plano de acção que deverá garantir uma prática integrada dos cuidados continuados, promovendo a criação de Serviços Comunitários de Proximidade e a indispensável articulação entre centros de saúde, hospitais, unidades de cuidados continuados, unidades de cuidados paliativos e instituições de apoio social.

No que diz respeito à política do medicamento, foi aprovado um pedido de autorização legislativa para que o Governo possa vir a legislar sobre a sua distribuição ao público fora das farmácias, no caso daqueles que não carecem de receita médica.

Esta diversificação de canais de comercialização, segundo ressalva o comunicado do Executivo, será controlada e

supervisionada por técnicos especializados, salvaguardando desta forma a segurança dos consumidores, beneficiados também em termos de maior acessibilidade pelo aumento de pontos de venda e numa esperada descida dos preços, fruto da concorrência.

Neste Conselho de Ministros foi igualmente decidido transpor para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária que estabelece os princípios e as directrizes das boas práticas de fabrico de medicamentos para uso humano e de medicamentos experimentais para uso humano.

Quanto à reestruturação dos serviços de saúde, o Governo do PS decidiu criar a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde e aprovar a respectiva Lei Orgânica, extinguindo como Organismo Autónomo o Departamento de Modernização e Recursos da Saúde.

A medida permitirá, segundo se assegura, "reduzir a despesa, mediante uma maior racionalização de meios, e reforçar a ligação entre a sociedade e os serviços do Ministério da Saúde, bem como garantir uma mais profícua articulação institucional entre o vasto conjunto de organismos e estabelecimentos existentes, quer a nível central, quer em termos regionais."

Por último, o Executivo liderado por José Sócrates determinou a fusão dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde nos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros, criando assim condições para uma gestão mais eficaz dos meios, uma redução da despesa pública, a supressão de cargos dirigentes e evitando a duplicação de actividades.

M.R.

## GOVERNO PONDERA ANTECIPAR ÉPOCA DE FOGOS FLORESTAIS

A antecipação da abertura da época de incêndios em alguns concelhos considerados mais críticos é admitida pelo Governo segundo revelou em Vila Real o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões.

O governante, que falava à margem da apresentação pública do novo governador civil de Vila Real, António Martinho, referiu que o Executivo socialista está a "ponderar e a preparar" uma antecipação da época de incêndios, para Maio, nos concelhos com maior área florestal.

"Se se verificar a necessidade de intervir estaremos preparados", afirmou António Martinho, salientando que, juntamente com o Ministério da Agricultura, se está a preparar a instalação dos postos de vigia das Direcções Regionais de Agricultura e a organização dos grupos de primeira intervenção dos bombeiros.

"O objectivo é atacarmos o mais rapidamente possível os fogos florestais neste ano de seca e em que se prevêm grandes



dificuldades", adiantou.

Respondendo ao apelo do ministro da Administração Interna, António Costa, que pediu aos novos governadores civis para darem prioridade à prevenção dos fogos florestais, António Martinho garantiu que vai dar uma "especial atenção à realidade deste ano".

Prioridade para o novo governador civil também vai ser a segurança rodoviária no distrito de Vila Real.

E anunciou que vão ser levadas a cabo acções de sensibilização e de informação que vão incidir essencialmente na EN2 e no IP4, as estradas com maiores índices de sinistralidade no distrito de Vila Real.

## BRUXELAS CONFIRMA RECEIOS SOBRE MAU ESTADO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

As previsões divulgadas pela Comissão Europeia sobre a evolução da economia portuguesa em 2005 e 2006 confirmaram o prognóstico feito pelo actual Governo, afirmou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira. No relatório de Primavera, a Comissão prevê que Portugal cresça 1,1 por cento em 2005, bem abaixo dos 2,4 por cento inscritos no Orçamento de Estado elaborado pelo Governo PSD/PP para este ano e abaixo da previsão anterior de Outono, 0 de 2,2 por cento.

Bruxelas prevê ainda que o défice público seja de 4,9 por cento do PIB em 2005 e de 4,7 por cento em 2006, valores acima do limite de três por cento imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Falando no final de uma reunião do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira declarou que as previsões da Primavera de Bruxelas "aproximam-se do juízo que este Governo fazia" sobre a situação económica do país. "Esse juízo era distinto daquele que fazia o anterior Governo", acrescentou o ministro da Presidência.

Pedro Silva Pereira referiu ainda que o Governo está "a avaliar todos os dados disponíveis" sobre a actual situação económica do país, trabalho que decorre em articulação com Bruxelas.

"O Programa de Estabilidade e Crescimento (2005/2008) que entregaremos em breve na Assembleia da República conterá as propostas políticas para enfrentar a situação", avançou.

# SÓCRATES APELA AOS EMPRESÁRIOS PORTUGUESES PARA APOSTAREM EM ESPANHA

Os empresários portugueses "devem olhar mais" para o mercado espanhol, numa lógica de que a Espanha é uma oportunidade, não um problema. Esta foi a principal mensagem que o primeiro-ministro, José Sócrates, transmitiu no final da sua primeira visita oficial a Espanha, onde anunciou a decisão de estender as funções do IAPMEI, através da criação de uma rede específica, ao apoio de empresas nacionais que queiram investir naquele país.

Em conferência de Imprensa conjunta com o seu homólogo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, após uma reunião de trabalho, o primeiro-ministro português afirmou que os investimentos espanhóis são bem-vindos, pois podem contribuir para o crescimento da economia nacional, salientando, por outro lado, ser sua convicção de que a Espanha acolhe bem a presença de empresas portuguesas no seu mercado.

Para Sócrates, a "Espanha não é um problema e tem a vantagem para nós de ser também uma oportunidade vizinha, com uma economia a crescer, embora haja ainda muito trabalho de casa a fazer".

Por sua vez, Zapatero afirmou que Espanha é um país aberto ao investimento estrangeiro e, "de forma singular, ao investimento português", pelo que no encontro dos dois governantes ibéricos foi assumido um compromisso para que isto seja assegurado.

Os dois chefes de Governo sublinharam que estando as duas economias tão entrelaçadas o desenvolvimento de uma é benéfico para a outra.

Durante a reunião, marcada pelas questões económicas, ficou acordado que haverá reuniões interministeriais para dar seguimento aos temas de interesse comum, em áreas como o ambiente e água, infra-estruturas, TGV, e temas europeus, com especial destaque para as



negociações sobre as perspectivas financeiras 2007-2013.

Neste ponto, Sócrates e Zapatero acorda-

ram defender em conjunto a continuação dos fundos de coesão para que os países da União Europeia possam cumprir os

objetivos da Agenda de Lisboa.

Os dois chefes de Governo anunciaram também que o Mercado Eléctrico Ibérico (Mibel) entrará em funcionamento dentro dos prazos previstos. E decidiram que o Mibel será alargado ao gás natural dentro de alguns meses.

Nesta primeira deslocação oficial ao estrangeiro, que terminou com um encontro com o Rei Juan Carlos, José Sócrates esteve acompanhado pelos ministros da Economia, Manuel Pinho, Ambiente, Francisco Nunes Correia, e das Obras Públicas, Mário Lino.

"Esta foi a minha primeira visita ao estrangeiro e vim visitar um país amigo, mas também afirmar o que é prioritário na agenda da política externa portuguesa", afirmou Sócrates.

## Zapatero apoia Guterres para alto-comissário

A Espanha apoia "com entusiasmo" a candidatura de António Guterres para o cargo de alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, anunciou o primeiro-ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, na conferência de Imprensa conjunta em Madrid. "Espanha apoia sempre Portugal no âmbito das organizações internacionais e vice-versa", recordou Zapatero, sublinhando, contudo, que "neste caso apoia a candidatura com grande entusiasmo". Afirmando-se "sensibilizado" com o apoio espanhol à candidatura do presidente da Internacional Socialista, José Sócrates referiu que ele "está à altura das relações dos dois países e dos dois povos".

# GUTERRES CONSIDERA "UM DEVER" CANDIDATURA A ALTO-COMISSÁRIO PARA OS REFUGIADOS

António Guterres afirmou que a sua candidatura ao cargo de alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados é "um dever", sublinhando que foi a intervenção social que o despertou para a actividade política.

"É meu dever pôr a minha experiência e informações ao serviço da defesa dos direitos dos refugiados", declarou o presidente da Internacional Socialista no final da sessão de lançamento do jornal "Courier Internacional", em Lisboa.

"O meu único objectivo é pôr no terreno aquilo que me motivou para a actividade política. Foi a experiência nos bairros degradados de Lisboa nos anos 70 e a intervenção social que me fizeram despertar para a política", salientou Guterres, que faz parte da lista de oito candidatos ao cargo de alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Presente também na sessão de



lançamento do "Courier Internacional", o primeiro-ministro e secretário-geral do PS, José Sócrates, recusou que a eventual escolha de Guterres para o cargo de alto-comissário das Nações Unidas

para os Refugiados constitua "uma dor de cabeça" para os socialistas, tendo em vista a apresentação de um candidato à Presidência da República. "Isso veremos mais tarde", respondeu

Sócrates, após ser questionado sobre a escolha do PS nas eleições para a Presidência da República.

O primeiro-ministro sublinhou que, se António Guterres for escolhido para alto-comissário, "o país ganhará a presença de um português num alto cargo internacional".

Após elogiar as qualidades "políticas e humanas" do actual presidente da Internacional Socialista, Sócrates frisou ainda que, ao aceitar esta candidatura, António Guterres demonstrou "espírito de serviço".

## Intactas as possibilidades de nomeação

Entretanto, António Guterres mantinha todas as possibilidades de ficar como um dos poucos candidatos a constar da "short list" de apenas três nomes para ocupar o cargo de alto-comissário para

os Refugiados (ACNUR), depois de na passada terça-feira ter sido entrevistado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que anunciará o nome do escolhido no início de Maio.

Apesar de haver oito candidatos ao lugar, o presidente da Internacional Socialista é referido como um dos que tem probabilidades de vir a ser escolhido, embora a existência de seis europeus, não seja um factor favorável, nem tão-pouco o facto dos Estados Unidos preferirem, ainda que de forma não consensual, o tunisino Kamel Morjane. Depois da entrevista, António Guterres fez saber que estava muito satisfeito e que os "encontros tinham corrido muito bem". De salientar também as intensas movimentações diplomáticas que têm vindo a ser feitas pelo Governo liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates, que poderão vir a ser decisivas.

## REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

## PS DEFENDE PROCESSO "CIRÚRGICO"

Os precedentes existentes no que toca a outras revisões extraordinárias, as exigências de celeridade e o facto de ter-se concluído um processo de revisão ordinária da Constituição há menos de um ano, são alguns dos factores que aconselham a uma revisão constitucional "cirúrgica", afirmou o deputado socialista Vitalino Canas.

Falando no Parlamento na apresentação da proposta socialista de assunção de poderes de revisão constitucional extraordinária, Vitalino Canas salientou que o PS parte para este processo com o único objectivo de "superar satisfatoriamente e com celeridade um obstáculo constitucional àquilo que os cidadãos nos exigem: a realização de um referendo sobre o tratado constitucional".

Por isso, adiantou, "não é aconselhável nem aceitável que se procure instrumentalizar" esta revisão extraordinária da Constituição em função da "obtenção de objectivos políticos que são completamente alheios àquela que deve ser a sua preocupação central".

Para Vitalino Canas, fazer desta revisão constitucional "uma arena de combate político, onde se persigam pretensas vitórias ou pretensos ganhos políticos em mil e uma áreas, seria seguramente um mau serviço ao interesse político fundamental" e que é "construir uma oportunidade única e soberana de os portugueses debaterem e votarem sobre a evolução da União Europeia".

Entretanto, em declarações no final de



uma reunião da bancada socialista, Alberto Martins reafirmou que o processo de revisão constitucional se confinaria à alteração de matérias referendárias, excluindo assuntos como a reforma da Justiça que o PSD queria debater em simultâneo.

"O objectivo do PS é fazer uma revisão constitucional para criar as condições para fazer um referendo para a apreciação do Tratado Constitucional europeu",

afirmou Alberto Martins, salientando que se trata de "um objectivo muito preciso e cirúrgico".

"A revisão é cirúrgica e só sobre matéria referendária, é o nosso ponto de partida e de chegada. Outras questões serão discutidas e objecto de uma negociação normal", sublinhou Alberto Martins, excluindo os assuntos propostos pelo PSD do âmbito do processo de revisão constitucional.

A Assembleia da República aprovou no dia 7, por unanimidade, os projectos do PS e PSD que visam a abertura de um processo extraordinário de revisão da Constituição. Nos termos da lei fundamental, um processo extraordinário de revisão só pode ser aberto com uma maioria de quatro quintos, situação que não chegou a colocar-se dada a unanimidade obtida na câmara.

A pergunta que o PS quer ver colocada no referendo sobre o tratado constitucional é a seguinte: "Concorda com a aprovação pela Assembleia da República do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa?". A partir da data em que o projecto de abertura da sétima revisão da Constituição for publicado em "Diário da República", os partidos terão 30 dias para proporem as alterações que pretendem.

#### Simultaneidade de referendos nacionais e eleições locais

O projecto-lei de revisão constitucional do PS estabelece a possibilidade de se realizarem referendos nacionais em simultâneo com eleições de âmbito local ou regional, mas exclui a hipótese da sua realização com eleições nacionais. O diploma socialista prevê apenas a alteração do número 7 do artigo 115º da Constituição, ou seja, a alínea relativa à convocação simultânea de referendos

com eleições de carácter nacional, regional ou local.

Assim, com esta alteração cirúrgica passará a ser possível realizar referendos de âmbito nacional, como o do Tratado sobre a Constituição Europeia, em simultâneo com eleições regionais ou locais.

Em simultâneo com eleições nacionais, ou seja, eleições presidenciais, legislativas ou para o Parlamento Europeu, apenas será possível realizar referendos de âmbito local.

De acordo com o projecto-lei que o PS entregou na mesa da Assembleia da República, o número 7 do artigo 115º da Constituição passará a ter a seguinte redacção: "São excluídas a convocação e a efectivação de referendos de âmbito nacional entre a data da convocação e da realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, bem como de deputados ao Parlamento Europeu".

Além da alteração desta alínea do artigo 115º, o projecto-lei do PS prevê ainda a introdução de uma "norma transitória sobre o referendo ao tratado que estabelece uma Constituição Europeia". O disposto na Constituição "não prejudica a possibilidade de convocação e de realização de um referendo sobre a aprovação pela Assembleia da República do tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, assinado em Roma, em 29 de Outubro de 2004", lê-se ainda no projecto-lei do PS.

J.C.C.B.

## PRIORIDADE ABSOLUTA À REVISÃO DO CÓDIGO LABORAL

Vieira da Silva reafirmou no Parlamento a intenção do Governo de dar "absoluta prioridade" à revisão do Código do Trabalho, designadamente em matéria de contratação colectiva, adiantando que as alterações serão entregues em primeiro lugar em sede de concertação social.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que falava no âmbito de um debate de urgência requerido pelo Bloco de Esquerda, apresentou a arbitragem obrigatória como solução de recurso contra a caducidade das contratações colectivas.

No debate parlamentar, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social salientou que "a proposta que o Governo apresentará será exactamente igual à do PS quando estava na oposição".

Quanto à possibilidade prevista no actual Código de Trabalho de os contratos colectivos poderem caducar, Vieira da Silva considerou que o problema "é o vazio contratual que ameaça minar as relações de trabalho".

"Os acordos colectivos podem caducar se existirem mecanismos na legislação que diminuam o risco de isso acontecer, e com formas de regulação alternativas que defendam os direitos dos



trabalhadores", afirmou o ministro. "A solução que apresentamos é o recurso à arbitragem obrigatória", anunciou

Vieira da Silva, referindo-se a um mecanismo transitório para regular o período em que os contratos colectivos

de trabalho caducam e ainda não foram negociados novos instrumentos.

O ministro não se comprometeu com nenhum prazo para avançar com as propostas, mas garantiu que o Governo irá "produzir alterações ao Código de Trabalho", tal como consta no seu programa.

Vieira da Silva manifestou abertura do Executivo para a concertação social, mas acrescentou: "Ninguém julgue que nesta matéria a busca do consenso nos paralisará. É a Assembleia da República que cabe decidir, é ela que decidirá!".

#### Faseamento na reforma da legislação

Entretanto, após a primeira reunião entre a equipa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e as centrais sindicais realizada na passada segunda-feira, transpareceu a ideia de que o Governo vai avançar para a reforma do Código do Trabalho em duas fases. Num primeiro momento, o Governo tomará medidas para dinamizar a contratação colectiva – eliminando o vazio contratual e clarificando a arbitragem obrigatória –, deixando para um momento posterior a revisão do Código no tempo definido na

própria legislação. Assim, o Executivo fará uma revisão cirúrgica da legislação no que apenas diz respeito à contratação colectiva, a formação profissional e Segurança Social, para numa etapa mais adiantada rever outras matérias que se revelem necessárias.

Nas declarações à Comunicação Social, a UGT declarou que apelara ao ministro para que "dê rapidamente início" aos trabalhos da concertação social e manifestou preocupação em relação ao bloqueio da negociação colectiva, pedindo a intervenção do Ministério do Trabalho para a dinamização do diálogo.

Segundo João Proença, o ministro concordou com algumas das posições da UGT e declarou que face às posições antes manifestadas pelo PS na discussão parlamentar do Código do Trabalho, estas "devem ser melhoradas". Segundo as orientações traçadas, o objectivo do Governo passa por obter acordos parcelares sobre a legislação laboral em vez de aprovar um acordo geral sobre concertação social.

O Conselho Permanente da Concertação Social deverá realizar-se no próximo dia 4 de Maio, sob a presidência do primeiro-ministro.

## PACOTE AUTÁRQUICO

## DEBATER COM TEMPO REVISÃO DA LEI ELEITORAL

O PS apresentou na Assembleia da República dois projectos de lei de âmbito autárquico. Um para alterar a lei eleitoral autárquica e outro que modifica o regime de competências das assembleias dos municípios e das freguesias. O objectivo do primeiro diploma consiste, fundamentalmente, em permitir aos presidentes de câmara a constituição de executivos "homogéneos" escolhendo os seus membros entre os deputados municipais. Já no que respeita ao segundo projecto de lei, a ideia passa pelo reforço das competências e dos poderes fiscalizadores das assembleias municipais.

A apresentação destes diplomas a seis meses das eleições, segundo o presidente da bancada socialista, Alberto Martins, deve-se ao "cumprimento de um compromisso eleitoral", adiantando no entanto que "não se podem alterar as regras a meio do jogo", justificando desta forma que a nova legislação não entra em vigor nas autárquicas de Outubro, mas apenas em 2009.



O PS com este projecto quer equiparar a lei eleitoral autárquica à que vigora para as legislativas, onde quem ganha as eleições governa em maioria ou coligação e a Assembleia da República fiscaliza.

Neste caso, à Câmara compete governar a autarquia e à Assembleia Municipal fiscalizar. É esta a orientação que os socialistas retomam com os projectos de lei que visam alterar as regras actuais. Em nome da transparência, segundo Alberto Martins, "os governos locais governam com responsabilidade, em aliança ou autonomamente com maioria absoluta, sem perversidade de alianças com terceiros que não tiveram o mandato, a legitimação bastante para governar". As assembleias municipais, por sua vez, devem "fiscalizar com meios, criando comissões permanentes, com uma fiscalização muito pormenorizada e atempada, sendo constituídas como órgão de informação e controlo", acrescentou o presidente da bancada parlamentar do PS.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES:

- Eleição directa, secreta, universal, periódica e conjunta da assembleia municipal e do presidente da autarquia;
- O presidente da câmara é o cabeça da lista mais votada para a assembleia municipal;
- Ao presidente do executivo local cabe o poder de designação dos demais membros da câmara, escolhidos de entre os elementos da assembleia municipal eleitos directamente;
- À assembleia municipal assistem poderes de fiscalização reforçados, cujos corolários serão a apreciação da constituição – acompanhada da declaração de investidura –, e da remodelação do órgão executivo;
- A deliberação de rejeição do executivo apresentado pelo presidente da câmara municipal carece de maioria absoluta, sendo, em caso de rejeições sucessivas, a resolução da crise devolvida aos eleitores;
- É reduzido o número de membros do executivo camarário.

## MODIFICAÇÕES ÀS COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS:

- Reforça as competências de acompanhamento e fiscalização da assembleia municipal, passando esta a apreciar a proposta de composição do executivo e o programa de acção para o mandato apresentado pelo presidente da autarquia, bem como a votação de moções de censura à câmara municipal;
- Consagra uma composição alargada da mesa da assembleia municipal que garante a representação dos vários grupos municipais;
- Valoriza o papel dos "grupos municipais", atribuindo-lhes um conjunto de competências específicas;
- Prevê a existência, no seio da assembleia municipal, de comissões especializadas;
- Possibilita a criação de comissões eventuais de inquérito que terão como objecto qualquer matéria de interesse público relevante para o exercício das competências dos órgãos municipais;
- Consagra a existência de uma comissão permanente para acompanhamento da actividade do executivo municipal;
- Institucionaliza a figura da "moção de censura" como instrumento de oposição e fiscalização das actividades do executivo;
- Estatuí que nos processos de votação, discussão das moções e rejeição apenas participam os membros eleitos directamente e em efectivas funções;
- Estabelece como causa de dissolução e perda de mandato a recusa da prestação de informações e documentos necessários ao exercício da competência fiscalização por parte da assembleia municipal.

## PS PROPÕE ALMEIDA SANTOS, ALEGRE E COELHO PARA O CONSELHO DE ESTADO

Almeida Santos, Manuel Alegre e Jorge Coelho são os nomes propostos pelo PS para integrar o Conselho de Estado em representação da Assembleia da República. Segundo o líder da bancada socialista, Alberto Martins, o PS estava em condições de votar na sessão plenária do passado dia 7 os nomes indicados pela Assembleia da República, mas o PSD pediu, durante uma das últimas reuniões da conferência de líderes, para que o processo fosse adiado por alguns dias.

Recorde-se que na última legislatura o PS estava representado no Conselho de Estado pelo presidente do partido, Almeida Santos, e pelo ex-líder socialista Ferro Rodrigues, que se demitiu do lugar em Julho do ano passado, por discordar da decisão do Presidente da República, Jorge Sampaio, de nomear Pedro Santana



Lopes primeiro-ministro. Ferro Rodrigues foi depois substituído no Conselho de Estado pelo dirigente socialista e vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre. Além do presidente da Assembleia da

República, Jaime Gama, que tem por inerência do cargo assento no Conselho de Estado, o Parlamento indica cinco nomes para este órgão: três do PS, por dispor actualmente de maioria absoluta, e dois do PSD, a segunda maior bancada.



www.ps.parlamento.pt



## 32º ANIVERSÁRIO

# LANÇADA OBRA SOBRE PERCURSO DO PS

O PS tem como "grande marca genética" ser o partido de Mário Soares no que isso corresponde a uma certa ideia de liberdade, democracia e justiça social, afirmou ontem António Vítorino na sessão de apresentação do livro "O Partido Socialista e a Democracia", coordenado pelo camarada Vitalino Canas.

Numa sessão que contou com as presenças de José Sócrates, Mário Soares, Jaime Gama e Almeida Santos, entre os inúmeros dirigentes, militantes e convidados dos outros partidos, coube ao ex-comissário europeu a apresentação da obra.

Perante uma plateia que enchia por completo a biblioteca da Assembleia da República, António Vítorino referiu que o PS tem como marcas fundamentais o cosmopolitismo, a pluralidade interna e uma profunda cultura social.

Por sua vez, o ex-Presidente da República rejeitou a versão do "partido de Mário Soares", afirmando: "O partido nunca fui só eu. Houve vários fundadores, fizeram esforços brutais, correram riscos imensos". E recordou alguns episódios que marcaram o congresso fundador do PS nas "circunstâncias difíceis" impostas pela ditadura, revelando que o partido não foi, de facto, fundado no dia 19 de Abril. É que, explicou, essa foi a data que foi publicada no jornal clandestino para despistar a PIDE, mas o congresso da fundação realizou-se efectivamente um mês antes, em Março.

Manifestando a sua satisfação pela biblioteca estar cheia, Soares disse que 32 anos passados desde a sua fundação "o PS está numa boa", com um "Governo em que confiamos".

Jaime Gama, que presidiu à sessão, realçou o facto do PS ter despertado o interesse de um leque de historiadores que produziram "uma obra pioneira e estimulante", que constituiu um primeiro ensaio para um estudo histórico sobre o partido.

"Este é um livro neutral, objectivo, onde



os outros partidos também têm um papel importante, pretendendo também contribuir para superar a lacuna existente sobre a história da oposição democrática", afirmou Vitalino Canas.

"O Partido Socialista e a Democracia", coordenado pelo vice-presidente da bancada parlamentar socialista Vitalino Canas, reúne quinze ensaios em que é analisado o percurso do PS em termos ideológicos, políticos e sociais.

Com a chancela da Celta, em colaboração com as edições da Assembleia da República, o livro passa em revista 32 anos de história do partido, desde a sua fundação a 19 de Abril de 1973, em Bad-Munsterfeifel, na então República Federal da Alemanha, em pleno outono marcelista, até aos anos mais recentes com as lideranças de António Guterres e Ferro Rodrigues.

A obra, de 350 páginas, conta com os contributos de António Reis, Augusto Santos Silva, André Freire, Fernando Farelo Lopes, Filipe Nunes, José Barreto, Juliet Antunes Sablosky, Maria José Stock, Manuel Braga da Cruz, Marina Costa Lobo, Susana Martins, Pedro Magalhães e Vasco Durão.

Do ponto de vista sociológico, o actual ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva escreve no livro num ensaio intitulado "Quem são hoje os

socialistas?", que o PS é um partido simultaneamente popular e das classes médias, mas também muito novo, com 70 por cento dos militantes a inscreverem-se na última década, com uma larga percentagem de mulheres, cerca de 30 por cento.

"Mais de 70 por cento dos actuais militantes entraram no partido após António Guterres ter assumido o cargo de secretário-geral", em 1992, salienta o livro.

O texto dá ainda conta que com uma implantação que "abrange todo o território nacional", no PS metade dos militantes "tem até seis anos de escolaridade", e "um quarto tem instrução superior", sendo de destacar que as mulheres filiações no PS têm, em média, habilitações académicas superiores aos homens.

O livro dá ainda conta da evolução ideológica do partido, desde a sua fundação onde "convergiaram várias tradições, a democrática republicana e liberal; a socialista portuguesa do primitivo PSP, de Quental e Fontana, retomada e corrigida por António Sérgio; e as correntes neomarxistas dos anos 60".

As comemorações dos 32 anos do PS prosseguiram à noite com o habitual jantar de fundadores que teve lugar no restaurante "Cozinha Velha" do Palácio de Queluz.

J. C. CASTELO BRANCO

## OPINIÃO

## NOTAS SOBRE A "REFUNDAÇÃO DA DIREITA"

*Ao contrário do que acontece em Inglaterra e até em França (a direita «orleanista»), não há uma tradição liberal na direita portuguesa. A direita portuguesa, no essencial, esteve sempre ao lado da ordem e da autoridade (religiosa, militar e política)*



FILIPE NUNES

### Compreender os resultados

Já aqui falei da derrota histórica da direita. Poucos países, com o nosso sistema eleitoral, terão uma representação parlamentar de direita tão pequena. Mas não se pode dizer que «o país tenha virado à esquerda». Nada garante que nas eleições presidenciais as coisas não se invertam. O que aconteceu foi que a esquerda, desta vez, se mobilizou mais que a direita. O que a direita tem de fazer é tentar perceber o que contribuiu para a desmobilização do seu eleitorado. Santana explica muito, mas não explica tudo. Já nas europeias, com Durão Barroso no Governo, as políticas do PSD/CDS foram a votos e tiveram a aprovação de 33 por

cento dos eleitores. Um dos maiores erros dos dirigentes do PSD é pensar que, para voltar ao poder, basta mudar de líder. Este PSD - o PSD pós-Cavaco - é de facto outro PSD, no tipo de marketing mas também no tipo de interesses e valores que representa. Já o CDS achou que era possível fugir ao facto de ter estado no Governo. Mesmo assim resistiu bem. Numa primeira leitura, percebe-se que o que o CDS perdeu nas feiras ganhou nos salões. Ao contrário do que se passa à esquerda, na direita, a popularidade dos líderes é decisiva. Se o PSD tem um líder como Cavaco, a direita vota PSD. Se o PSD tem um líder como Durão ou Santana, há um terço da direita que prefere Portas. É este o drama do PSD daqui para a frente.

### Uma direita liberal?

Ao contrário do que acontece em Inglaterra e até em França (a direita «orleanista»), não há uma tradição liberal na direita portuguesa. A direita portuguesa, no essencial, esteve sempre ao lado da ordem e da autoridade (religiosa, militar e política). O tipo de transição (revolucionária) para a democracia também não ajudou. Se em Espanha a direita franquista transitou facilmente para a democracia, já a elite política do Estado Novo foi em grande medida saneada. O PSD e o CDS ficaram com a ala liberal, os tecnocratas e alguns caciques da União Nacional. Mas as figuras nacionais do autoritarismo praticamente desapareceram. A direita chega à democracia à defesa. Em todo o caso, a partir dos anos 80, começa a emergir um pensamento democrático e liberal de direita no jornalismo, no comentário e até em algumas faculdades de economia (Católica, Nova). A questão é que esse pensamento não se traduziu nem na acção da chamada direita dos interesses (basta ver o protecçãoismo preconizado pela CIP e pela CAP) nem na estratégia eleitoral do CDS: para chegar ao Governo, Paulo Portas teve de meter o liberalismo e o eurocepticismo na gaveta. Não há mercado eleitoral para uma direita liberal em Portugal.

### O combate cultural

Ultimamente, fala-se muito da necessidade de um combate cultural, nomeadamente na área do CDS. É uma espécie de estratégia gramsciana, agora à direita. A ideia é que a esquerda hegemoniza a comunicação social. É uma ideia que carece de demonstração. Como não há linhas editoriais politicamente orientadas, a comunicação social normalmente oscila de acordo com a opinião pública. Nesta campanha, terá estado mais à esquerda. No entanto, se analisarmos os editoriais dos principais jornais, o trabalho que tem sido feito nalgumas universidades, as teorias dominantes no jornalismo económico e no comentário televisivo, não se pode dizer que a opinião seja dominada pela esquerda. Pelo contrário. Não é só a direita que tem de fazer política durante estes anos; é também o PS. Um dos maiores erros do chamado guterrismo foi o da governamentalização do partido. Mas, pensando na direita, é evidente que esta terá de adoptar outra visão em relação aos serviços públicos. Têm razão aqueles que pensam que o PSD se deve «recentrar». Feliz ou infelizmente, vivemos em Portugal e não nos Estados Unidos da América. A maioria dos portugueses é favorável à preservação dos sistemas públicos de saúde, ensino e segurança social. Por outro lado, em matéria de costumes, o PSD terá de se liberalizar. Já se viu pela última campanha eleitoral que os discursos homofóbicos (dos «colos») ou ultramarxistas (o luto pela irmã Lúcia) não têm qualquer sentido numa sociedade moderna como a nossa. Claro que um PSD assim dificilmente se demarca de um Governo PS. Mas não nos iludamos: como se está a ver pela campanha eleitoral britânica, há temas prioritários para a opinião pública que a direita explora melhor do que a esquerda. Entre esses temas, estão claramente a imigração e a segurança.

## TÚNEL DO MARQUÊS

# SEGURANÇA E IMPACTE AMBIENTAL CONTINUAM SEM RESPOSTA

A bancada socialista, em requerimento, solicitou ao ministro das Obras Públicas e Transportes, Mário Lino, que obtenha junto do Metropolitano de Lisboa e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) garantias de condições de segurança do túnel do Marquês.

No documento, Miguel Coelho recorda que o anterior Governo de coligação anulou "a necessidade de Declaração de Impacto Ambiental sobre um Estudo de Impacto Ambiental" que concluía pela introdução de 40 medidas para que o referido túnel pudesse ser considerado como ambientalmente favorável, afirmando de seguida que também o Metropolitano de Lisboa considerava ser

condição prévia para a prossecução dos trabalhos a "autorização e acompanhamento pelo LNEC dos projectos, métodos construtivos", a elaboração de um plano de contenção e escavação se eventuais obras de reforço de estruturas no terreno. No texto, o PS exige saber "se as condições prévias à sua implementação, apresentadas pelo ML, estão a ser cumpridas por parte da Câmara Municipal de Lisboa".

Entretanto, na sessão plenária da Assembleia da República do passado dia 14, foi aprovado por maioria um projecto de resolução que defende o reinício da avaliação de impacto ambiental do túnel do Marquês,

procedimento extinto em Janeiro pelo anterior Governo.

Na ocasião, o deputado socialista e candidato do PS à autarquia de Lisboa, Manuel Maria Carrilho, defendeu que "este caso ilustra bem algumas das principais características da actuação do PSD na Câmara, às mãos da dupla Santana Lopes/Carrilho", como a poluição do ar, o ruído, o aumento do tráfego, a segurança e a "perigosa proximidade face ao túnel do metropolitano, bem como o inaceitável grau de inclinação".

ALBERTO MARTINS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# "PRATICAR UMA DEMOCRACIA

*A maioria parlamentar não pode ser uma "caixa de ressonância" do Governo, antes deve prestar-lhe uma "solidariedade crítica", declara Alberto Martins, que nesta sua primeira entrevista como líder da bancada do PS, defende uma "democracia de proximidade" em que o Parlamento se modernize e saia do seu "espaço físico". No que ao Grupo diz respeito, preconiza que se ouçam pessoas exteriores à vida parlamentar, cidadãos que se constituiriam como uma "espécie de conselho consultivo". Paladino da modernização do sistema político, sobre a reforma das leis eleitorais sustenta a acusação de que o PS tem "esbarrado na visão conformista" do PSD. Para Alberto Martins, constitui um "escândalo brutal e um retrocesso cultural" que na bancada do principal partido da oposição apenas se sentem seis mulheres. Por isso, uma das iniciativas a tomar pela maioria será a criação de uma lei da paridade. Em matéria de referendos, sublinha que o PS fez o que lhe competia e recusa qualquer polémica sobre o da interrupção voluntária da gravidez com as deputadas independentes do Movimento Humanismo e Democracia. Com as oposições, o líder parlamentar do PS vinca querer manter o máximo diálogo e participação, mas que não seja "bloqueante da decisão", porque "não estamos à espera de pactos" para cumprir o nosso programa.*

**As suas primeiras declarações como presidente do Grupo Parlamentar do PS foram no sentido de que os deputados socialistas estavam disponíveis para um "apoio crítico e solidário" ao Governo. Até que ponto é que uma maioria parlamentar pode ser crítica para com o Governo que suporta?**

O sentido das minhas palavras é esse mesmo. É preciso que o objectivo fundamental da solidariedade que se estabelece com o Governo seja crítico. Não pode ser uma solidariedade acrítica. Nós não podemos ser uma caixa de ressonância do Governo. O Governo tem toda a vantagem, e isso faz parte da natureza das funções e do mandato constitucional dos deputados, que tenha aqui um apoio inteligente. Porque o grupo parlamentar sustenta-se na mesma carta genética que é o programa de Governo, o nosso programa eleitoral. Mas temos que apoiar o Governo no sentido deste realizar as suas funções, as suas competências com uma atenção particular aos compromissos estabelecidos com a sociedade.

**Nesse sentido, quais os principais desafios que se colocam à bancada socialista?**

Devemos-nos constituir como representação efectiva da sociedade portuguesa. Os volantes no Partido Socialista devem poder rever-se no seu Governo e na sua expressão parlamentar. Nós devemos ser, sobretudo, um instrumento permanente de ligação à sociedade. A minha ideia nesse sentido, independentemente das opções políticas específicas, é a de que

há uma sintonia essencial com o Governo em termos da carta genética, identitária, de que falei. Mas para nós há um grande desafio que é o de podermos praticar uma democracia de proximidade. Seremos uma espécie de Parlamento Aberto, uma extensão participativa geradora de uma democracia de proximidade. A nossa origem electiva é a democracia representativa. Deram-nos um voto para nós cumprimos um certo programa que é executado pelo Governo. Mas, nós queremos ao mesmo tempo, e continuamente, fazer um esforço de sair do espaço físico da Assembleia da República.

Os grandes desafios que nos colocam identificam-se com os cinco grandes eixos que constam do programa do Governo. E queremos dar o nosso contributo, no âmbito da intervenção legislativa e política, aos desafios que definidos: crescimento económico com coesão social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, qualidade da democracia e uma nova visão de actuar no mundo.

Agora, nem o Parlamento nem a maioria podem ser, em nenhuma circunstância, uma caixa de eco e de ressonância do Governo. Nós somos um agente político próprio sintonizado com o Governo mas cumprindo funções distintas. E é isso que queremos fazer.

**No actual quadro político, quais as iniciativas legislativas que podem ou devem ser protagonizadas pela bancada socialista, para além do projecto de revisão constitucional e do pacote autárquico?**

Neste momento apenas temos estado a responder às iniciativas que, de acordo com os compromissos dos Governo, foram tidos como de necessidade imediata. Que é, como disse, a Lei Eleitoral Autárquica, que foi uma iniciativa já apresentada e tomada por nós; o projecto de revisão constitucional para responder às necessidades de realização de um referendo sobre a Europa e a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez para responder à necessidade de um referendo sobre essa mesma matéria. No entanto, a partir de agora, vamos ter que elaborar um calendário muito preciso das iniciativas legislativas que emergirão do grupo parlamentar em função de duas ou três linhas de referência. Deverá caber ao grupo, na articulação com o Governo, a iniciativa genérica nas matérias de competência reservada da Assembleia enquanto as outras, nesta divisão de funções, caberão ao Governo. Esta interacção Governo e Assembleia, Governo e Grupo Parlamentar tem de ser feita no sentido de haver uma iniciativa legislativa constante e regular. É ao Governo e à sua maioria que cabe a sustentação política essencial de propostas legislativas da Assembleia.

**Como está prevista a articulação da direcção da bancada com o ministro dos Assuntos Parlamentares e com o presidente da Assembleia da República?**

O presidente da Assembleia da República é um órgão próprio que tem uma autonomia específica. Não sendo um órgão unipessoal, o Presidente da



Assembleia da República preside ao colégio da Assembleia de República, tendo, portanto, uma especificidade e autonomia própria, cuja articulação se faz com os grupos parlamentares em geral na conferência de líderes. Não há qualquer articulação específica, nem poder haver.

**Mas trata-se de um deputado da maioria?**

Sim, mas com funções estatutárias e institucionais próprias. Quer o presidente pelo seu perfil pessoal e institucional, quer a própria maioria pela forma como entende o desempenho de funções não poderiam pretender qualquer tipo de articulação com o presidente, para além da que decorre da articulação institucional. A articulação com o Governo, essa, já tem uma forma distinta. Há uma articulação fora do quadro funcional e estatutário que a maioria tem de estabelecer. Mas isso é normal no âmbito da sua articulação política, fora do quadro institucional da Assembleia.

**Mas há sempre uma dimensão pessoal.**

Sim, claro. Esta articulação política que é feita entre o Governo e a maioria parlamentar tem também sempre uma dimensão pessoal. Somos pessoas que em geral têm, naturalmente, relações de proximidade e até de amizade. Mas não confundimos isso com as relações institucionais próprias.

**Há pouco focámos as iniciativas legislativas. Perguntava-lhe agora por outro tipo de iniciativa que tenha já pensadas, nomea-**

**damente de contacto directo com os eleitores?**

Neste momento estamos ainda numa fase de instalação política e física. Instalação dos deputados e instalação política porque tivemos no imediato que definir, para além da constituição da direcção do Grupo Parlamentar, a constituição das presidências das diversas comissões, a constituição dos responsáveis pela coordenação das comissões, as articulações que eles farão com a direcção. Esta fase exigente, que é um período que tem de ser célere e maturado ao mesmo tempo, está concluída. A par dela há uma fase de instalação física que é a distribuir 120 deputados por espaços físicos, ter os apoios logísticos de que necessitam que em termos materiais, quer de secretariado e assessorias qualificadas para apoiar a sua intervenção política. Esta é outra vertente que está em vias de conclusão. O início de funções regulares da Assembleia é relativamente lento porque o parlamento é uma máquina pesada e com algumas ineficiências. Sobretudo no apoio aos deputados, o que tem vindo a ser colmatado, mas ainda longe de estar satisfatoriamente respondido.

**Sim, mas o Alberto Martins defende um Parlamento mais aberto.**

Cumprida esta fase é altura de nós fazermos "respirar" e abri ai espaço e intervenção públicas quer às comissões parlamentares, quer aos deputados do PS que estão nessas comissões. As iniciativas do PS têm que ser não só legislativas mas políticas, tenho a ideia de que não é preciso fazer muitas leis, é

# ACIA DE PROXIMIDADE”



*Sobretudo, e ainda, gostaríamos de defender e garantir no sistema político, que é para nós uma verdadeira revolução cultural, a ideia do princípio da paridade nos cargos políticos. Proximamente iremos apresentar um projecto de lei no sentido do princípio da paridade, em termos tendenciais, para começar a ser praticado em todas as eleições em Portugal*

preciso fazer boas leis; nós temos um problema de qualidade das leis e, portanto, temos que ter consciência de que na resolução dos problemas da sociedade portuguesa nem sempre a via legal é a melhor. A via legal deve ser e é a última solução para resolver os problemas concretos da sociedade portuguesa. A outra via, a da hetero-regulação, da auto-regulação, a via institucional, a alteração dos comportamentos, a via da fixação de regras deontológicas pode ser mais eficaz do que a via legal. A lei é uma última *ratio* de intervenção política e não a primeira. Julgo que sendo a primeira leva-nos muitas vezes a situações de leis que não existem, não são aplicadas, não são cumpridas, são excedentárias ou incoerentes e, no fundo, são uma mera folha de papel.

Indo agora mais directamente ao encontro da sua pergunta, nós pretendemos que haja abertura ao espaço público por parte das comissões. Que o Parlamento tenha iniciativas legislativas e políticas, que saia do seu espaço físico. Tenho a ideia e propus para reflexão também na direcção da bancada que se pudesse constituir uma espécie de conselho consultivo qualificado formado por pessoas exteriores à vida parlamentar, que pudessem ser instâncias de aconselhamento dos deputados para a sua iniciativa legislativa e para a sua intervenção política.

## **Isso implicará um modo diferente de funcionamento do próprio Grupo?**

O Grupo na sua estrutura essencial

continuará a funcionar como está, mas tem que abrir, ter capacidade para debater essas sugestões, e essas propostas. Isto não põe em causa a autonomia dirigente do Grupo, mas significa que ele deve criar canais de ligação à sociedade para intervir ao nível das empresas, das organizações sociais, sindicais, ao nível das universidades. Gostaria de criar condições de fazer chegar regulamente ao Grupo o pensamento crítico e cívico existente na sociedade portuguesa e que pudéssemos assim discutir a vários títulos a nossas propostas e recolher sugestões. Por exemplo, quando o Parlamento estiver a elaborar uma lei é fundamental que nós possamos ir às empresas, às universidades, enfim, ao encontro da sociedade.

## **Mas, hoje em dia existe já a possibilidade das audições parlamentares.**

As audições parlamentares são muito importantes. Acompanhei na Assembleia a criação das audições parlamentares. Elas constituem um salto qualitativo e constituem um instrumento muito importante da decisão política e legislativa. Mas acho que devemos aprofundar a democracia de proximidade. Os cidadãos portugueses têm que conhecer os deputados, não pela via única que nós defendemos da personalização do mandato com os círculos uninominais, mas também pela via de uma nova forma de fazer política. Se conseguirmos, durante o nosso mandato, dar passos significativos neste sentido creio que prestaremos um grande serviço à democracia.

## **Na sua intervenção do debate do programa de Governo defendeu a “modernização global do sistema político”. Quais são os caminhos dessa modernização?**

A modernização do nosso sistema político resulta da constatação uma crise de confiança no sistema, na política e nos políticos, bem como do reconhecimento de défices de representação.

## **Como é que isso pode ser alterado?**

No programa de Governo temos um conjunto muito preciso de propostas que passam por cerca de uma dezena de medidas concretas.

## **A reforma do sistema eleitoral é uma dessas peças?**

É uma peça muito importante. A reforma do sistema eleitoral tem estado bloqueada por falta do sentido reformista do PSD. É uma lei de dois terços e por isso implica um parceiro – agora o parceiro já pode ser distinto mas as condições políticas para que seja distinto não são grandes; os dois terços agora faz-se com o PS mais o PSD ou o PS mais todos os outros partidos com exclusão do PSD. Mas, na prática, estas são leis muito difíceis. São leis que implicam que haja um parceiro, e na iniciativa das leis eleitorais nós temos esbarrado, quer na lei para a eleição da Assembleia da República quer na lei para a eleição dos órgãos do poder local, com uma visão conformista pela parte do PSD. Nós apresentámos sobre essas matérias iniciativas legislativas e elas não chegaram a soluções conclusivas. Eu próprio participei já em fases pré-terminais de consultas com o

PSD e elas não tiveram acolhimento. O PSD, quanto à lei eleitoral para a Assembleia da República, quando isso era possível, teve dificuldades internas e depois tinha um parceiro de coligação que se opunha. Em relação à lei eleitoral autárquica a situação foi idêntica.

## **Gostava de conhecer um pouco melhor o seu pensamento sobre os círculos uninominais, a aproximação dos eleitos aos eleitores e o respeito pelas regras da proporcionalidade.**

A nossa ideia vai no sentido de haver um sistema de voto personalizado. Isto é, no fundo nós criaríamos duas instâncias de voto apuramento através da existência de um círculo nacional de restos para garantir a proporcionalidade global e depois círculos, de apuramento de âmbito distrital. No entanto metade mais um dos deputados dos círculos distritais seriam divididos em círculos uninominais, de candidatura, de forma a permitir que houvesse uma escolha personalizada destes círculos uninominais. Isto é, a representação dos partidos far-se-ia no conjunto dos votos do distrito, a contagem seria distrital e nacional, mas a distribuição de lugares seria personalizada em função dos círculos uninominais. Isto permitia aproximar os eleitos dos eleitores e não poria em causa, jamais, o princípio da proporcionalidade. Aliás, este princípio seria até ligeiramente favorecido na sua expressão final.

## **É esse sistema de molde a permitir o aproveitamento de votos que hoje em dia são desperdiçados?**

Este sistema permitia um aproveitamento da proporcionalidade, sobretudo para os partidos mais pequenos. Agora esta é uma lei que têm tidos muitas dificuldades de obtenção de consensos. Mas continua a ser um objectivo político e programático. Nesse objectivo é essencial o respeito pela proporcionalidade, (que é um valor intocável no nosso ponto de vista no funcionamento do sistema eleitoral) rejeitando em absoluto soluções de engenharia eleitoral para obter ganhos inaceitáveis do ponto de vista da aritmética política. Mas, sobretudo, valorando a personalização das escolhas e a aproximação entre eleitos e eleitores.

Temos outras soluções também na reforma do sistema político. Uma das quais tem a ver com a ideia de democracia de proximidade que consiste em criar condições de alargamento da participação cívica dos cidadãos aproveitando os novos meios tecnológicos, aproveitando a internet, abrindo espaço para que de uma forma mais simples se valorize os direitos de acção e petição popular.

Sobretudo, e ainda, gostaríamos de defender e garantir no sistema político, o que constitui para nós uma verdadeira revolução cultural, a materialização do princípio da paridade nos cargos políticos. Proximamente iremos apresentar um projecto de lei no sentido do respec-

tivo princípio da paridade, em termos tendenciais, para aplicação nas eleições em Portugal. No fundo, pretende-se garantir que haja uma representação de género mínima de trinta e três por cento. O que se passa neste momento na Assembleia da República em termos de participação das mulheres na vida política é um escândalo, do qual o PS, o Bloco e os Verdes, a esquerda em geral, se podem subtrair, mas é um escândalo brutal no caso do PSD. Neste momento o PS tem 121 deputados, dos quais 41 são mulheres e a própria direcção da bancada tem um terço de mulheres. A situação grave, retrocedente, é que o PSD tinha vinte mulheres e hoje tem seis. Isto significa que há um retrocesso em termos culturais que tem de ser atalhado por uma acção vinculante de natureza política, na anterior legislatura daí a nossa lei da paridade.

## **Dai também a criação da subcomissão para a igualdade de género?**

Nós vamos valorar a participação das mulheres e o problema da igualdade de oportunidades, criando na 1ª Comissão uma subcomissão com essa natureza e com visibilidade.

Outras medidas de reforma política estão no programa de Governo e algumas já estão a ter o início de resposta. Uma é a definição legal dos cargos públicos de livre nomeação que o Governo entretanto aprovou em Conselho de Ministros. Trata-se de uma medida de modernização muito consequente. Isto é, a definição dos cargos de livre nomeação política e dos que são de carreira. Isto constitui uma alteração decisiva na transparência, no rigor, na ética do serviço público e é uma medida política de grande importância. É o cumprimento de forma muito consistente do programa de Governo. Outra medida anunciada com a qual também nos congratulamos respeita a limitação dos mandatos dos titulares dos cargos executivos. É uma lei de dois terços.

## **Recentemente têm surgido críticas a essa proposta porque, segundo se argumenta, ela constitui uma limitação à livre escolha dos próprios eleitores.**

Todas as regras são injunções de conduta. E, portanto, quando se definem regras define-se um quadro referencial. Quando a Constituição da República diz que não pode haver mais do que dois mandatos sucessivos para o Presidente da República há uma limitação na escolha do mesmo Presidente da República *ad eternum*; quando se diz que os juizes do Tribunal Constitucional não podem ser renovados significa que há uma injunção no sentido deles só terem um mandato de nove anos. A limitação de mandatos tem, a seu benefício, na sua raiz, a não personalização dos cargos para além de um determinado período. Todas estas regras são devedoras do grande princípio

>>>

&gt;&gt;&gt;

republicano da não existência de mandatos vitalícios. A República começou por dizer que ninguém, por ser filho de quem é, ficasse eternamente no lugar como acontecia com a monarquia. E por isso limitou os mandatos. Em todas as repúblicas modernas, em Portugal, França, Estados Unidos, em todos os países do mundo o Presidente da República está limitado. E há também outros cargos limitados. Esse princípio adaptado aos órgãos de natureza executiva, parece-nos saudável e é um princípio que o Partido Socialista sufragou no seu programa. Neste momento esta questão pode colocar-se em tese, mas é um compromisso político que, repito, foi sufragado.

Questão ainda importante tem a ver com o reforço do papel e com a modernização do Parlamento, de acordo, aliás, com as declarações do presidente da Assembleia da República na sua primeira intervenção, com a qual estamos completamente de acordo. Nos nossos programas eleitoral e de Governo essa questão está vista de forma muito clara, quanto à ideia de dar ao Parlamento um papel central na vida política. E isso só é possível se o Parlamento for a instância privilegiada do debate político, o que dependendo muito da articulação do Governo com o Parlamento, depende também muito da estratégia de intervenção política do Parlamento. Já a centralidade fiscalizadora depende mais do Parlamento do que do Governo. E para essa nós temos que nos municiar com os instrumentos adequados para fiscalizar o Governo e a Administração. É esse porventura o papel mais determinante nos parlamentos modernos, mais do que o papel legislativo. Esse papel fiscalizador passa, desde logo, por termos comissões de inquérito consistentes, acesso aos documentos do Governo, informação regular e uma intervenção muito grande e pertinente junto do Governo.

### **Em matéria de referendos, qual é a estratégia delineada para levar a bom porto o da aprovação da Constituição Europeia e o da interrupção voluntária da gravidez?**

Está fixado como objectivo do programa eleitoral e de Governo promover uma revisão constitucional extraordinária com vista a criar as condições para se fazer um referendo à aprovação do Tratado constitucional europeu. Esse passo foi dado, pois já apresentámos um projecto de lei de revisão com vista a uma revisão cirúrgica de modo a criar as condições de ratificação do Tratado. A iniciativa política relativamente ao referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez também já se concretizou. Apresentámos um projecto de resolução e apresentámos a lei conexa com esse projecto de revisão.

### **Qual dos dois referendos é o prioritário?**

Nós não falámos nunca em prioridades. Nós sempre dissemos que temos um calendário que é o Programa de Governo que vamos cumprir. A decisão sobre as datas é uma competência do Presidente da República. O referendo é um acto político do Presidente da República. A nós Assembleia da República ou enquanto partido que forma a vontade

política maioritária no Parlamento apenas nos cabe fazer uma proposta. Vamos concluir as condições para fazer a proposta ao Presidente da República de referendo europeu e de referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez. Em relação ao referendo sobre a IVG a nossa proposta reduz-se nota muito simplesmente a "perguntar se "concorda que deixe de constituir

não tem a ver com o essencial do debate referendário em curso.

### **Ainda em relação a datas, há com certeza calendários preferidos?**

Nós não nos pronunciamos sobre nenhuma data. Entendemos que o Presidente da República tem a competência para decidir ou não do referendo. É uma competência política

responsabiliza perante os cidadãos, e isso é uma exigência da democracia.

### **Como analisa este primeiro mês da governação do PS?**

As primeiras decisões são muito significativas. A herança do Governo de direita é pesada. Neste últimos três anos Portugal andou para trás. Portugal cresceu menos do que a média europeia

área metropolitana. Mas precisa de dinamismo, de ideias novas, de capacidade. Precisa de uma visão não contabilística, de arejamento, rasgo, cultura. E, por isso, o Partido Socialista é o único que pode dar condições a essa nova vitalidade da cidade, aliás, tão necessária. Confio em que a candidatura de Francisco Assis será capaz de corporizar essa mudança.



crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez com o consentimento da mulher em estabelecimento legal de saúde?"

### **Como reage à polémica com as deputadas independentes do PS do Movimento Humanista e Democracia que interpretam o projecto socialista como permitindo a prática do aborto até às 16 semanas.**

Não. O actual projecto não é diferente do que foi apresentado no passado. E o nosso projecto, sublinho, está condensado nesta pergunta. Tudo o que está fora desta pergunta é excedentário, pode ser alterado na discussão na especialidade, não é relevante em termos políticos. O que queremos que os cidadãos digam para nos habilitar a responder legalmente e é totalmente novo relativamente à lei que existe, é o que está nesta pergunta.

### **Então porquê este ruído?**

O debate político é livre. Quem sou eu para me questionar sobre o debate político. Agora, relativamente às deputadas do nosso Grupo Parlamentar do MHD, o que eu disse foi muito claro: o projecto que elas tinham não seria agendado de imediato porque não era conexo com o objectivo do referendo de "despenalização da interrupção voluntária da gravidez com o consentimento da mulher nas primeiras dez semanas e se isso for feito em estabelecimento legal de saúde referendo este que constitui um compromisso do Programa de Governo. Mas, como lhes foi transmitido isso não prejudica um eventual agendamento futuro. Mas a questão que está para ser resolvida e que o vai ser objecto de consulta aos portugueses, se para tanto obtivermos vencimento neste processo que estamos a seguir é da despenalar da IVG nos termos referidos. Tudo o mais

exclusiva dele. E se o Presidente da República não a aceitar só pode ser renovada numa sessão legislativa posterior. É um poder político autónomo e incondicionado. Apenas a iniciativa está condicionada pela deliberação da Assembleia da República. Não é legítimo estarmos a pressionar o Presidente da República para a sua realização da mesma forma que não é devido estarmos a pressionar o Presidente sobre agendamentos. Sendo certo que, quando o senhor Presidente, nos perguntar, se entender fazê-lo, o PS manifestará as suas ideias sobre essa matéria. Neste momento dizemos muito claramente que vamos com tranquilidade fazer aquilo que no cabe: concluir este processo parlamentar. Quanto aos outros partidos, e nomeadamente o PSD, tenta pressionar ilegítima e indevidamente o Presidente da República. Mas quanto ao PS, o Governo já o disse, é intenção muito clara e reafirmada que nós não estamos à espera de pactos com o PSD para fazermos aquilo que temos a fazer. O programa de Governo é um programa que nos vincula, e pela nossa parte de Grupo Parlamentar daremos todo o contributo para a sua realização e, daquilo que nos cabe nesse cumprimento, em termos de iniciativa, tomaremos atempadamente todas as iniciativas necessárias.

### **Na continuação do que está a dizer, mas em sentido amplo, qual deve ser o diálogo com as oposições?**

O diálogo vai ser natural e prevê-se correcto. Nós queremos ganhar o maior consenso possível nas posições que vamos tomar. Há uma ideia que tem de ficar vinculada. Máximo diálogo, máxima participação mas isso não é bloqueante da decisão. Nós temos ideias, temos valores e temos um programa para cumprir que é o nosso programa. Não estamos à partida à espera de pactos porque é o nosso programa que nos

e ainda agora nas previsões económicas de Primavera há uma forte revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto e há um crescimento vertiginoso da dívida pública. Além da situação do agravamento do desemprego.

Neste primeiro mês foram dados sinais muito importantes pelo Governo ao nível da segurança interna, da saúde, ao colocar de pé coisas que vinham de trás mas era preciso por em funcionamento como seja a regulamentação do Código da Estrada, ao nível do plano tecnológico, da preservação ambiental, ao serem tomadas medidas para atenuar os efeitos da seca, ao nível da prestação dos serviços em geral. Foram também anunciadas um conjunto de medidas no campo da justiça. Outras medidas de natureza institucional são ainda forte e exemplar, muito importantes porque constituem um sinal o que tem a ver com as nomeações dos cargos políticos e a limitação dos mandatos. Isso significa, em suma, que o Governo, desde logo com as medidas tomadas ao nível da saúde, ao nível da segurança interna e ao nível institucional veio para cumprir o seu programa com determinação e eficácia.

### **Sendo residente, eleitor e deputado eleito pelo Porto como analisa a candidatura de Francisco Assis à Câmara?**

O Porto tem necessidade da vitória do PS e a candidatura de Francisco Assis tem todas as condições a alcançar. O Porto estagnou com Rui Rio ou regressiu social e culturalmente o Porto e a sua área envolvente tem enormíssimas potencialidade e pode ser um pólo de desenvolvimento do Noroeste peninsular e nacional. Tem grandes capacidades, tem "espaços" públicos de excelência, embora haja zonas sociais também muito depreciadas. Penso que a cidade do Porto tem condições para ser o epicentro dessa

*Há uma ideia que tem de ficar vinculada. Máximo diálogo, máxima participação, mas isso não é bloqueante da decisão. Nós temos ideias, temos valores e temos um programa para cumprir que é o nosso programa. Não estamos à espera de pactos porque é o nosso programa que nos responsabiliza perante os cidadãos e isso é uma exigência da democracia*

### **O Porto é uma das autarquias em que se perspectivam alianças. No entanto, o quadro não é claro. O BE, depois de tentar excluir a CDU de uma aliança para firmar um acordo com o PS, veio declarar que afinal concorre sozinho. Qual o seu comentário?**

As alianças fazem-se com aliados. E, por isso, será mau que os outros partidos não percebam que o novo *élan* para a área metropolitana passa pelo PS e com aqueles que queiram connosco fazer esse novo *élan* da vida metropolitana. Vamos esperar para ver como é que as coisas se desenvolvem. Acho que é mau para o Porto que não haja a capacidade dos partidos da esquerda se juntarem ao PS na criação de uma nova realidade para o Porto e ficarem confinados aos seus pontos de honra. A partir do momento em que nós temos esta abertura, e esta vontade para mudar de forma estrutural e forte a cidade Porto e a área metropolitana, é pena que isso possa não acontecer.

### **Com António Guterres praticamente fora da corrida às presidenciais, em seu entender qual é o melhor candidato da área socialista?**

Acho que é cedo para nos pronunciarmos sobre isso, embora a coisas comecem a atardar-se um pouco.

### **Que marcas gostaria de deixar nesta sua passagem pela liderança da bancada socialista?**

Um Grupo em que todos os deputados tivessem uma participação muito forte. Em que o Grupo se projectasse para o exterior pela sua qualidade e que deixássemos uma marca de uma nova forma de fazer política no Parlamento. Com diálogo, com participação, com abertura mas com eficácia interventiva, cumprindo objectivos de modernização e coesão da sociedade portuguesa.

## AÇORES

## APROVADOS PLANO E ORÇAMENTO DO GOVERNO DE CARLOS CÉSAR

A Assembleia Legislativa dos Açores aprovou as propostas do Executivo Regional de plano e orçamento para este ano, bem como o documento Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

O Orçamento Regional, que ascende a 1.173 milhões de euros, e o Plano para 2005, que prevê um investimento público de 332 milhões de euros, mereceram acordo dos deputados socialistas, que também votaram favoravelmente as Orientações que definem os principais investimentos previstos pelo Governo de Carlos César para o próximo quadriénio.

Na intervenção final, o presidente do Executivo Regional lamentou a falta de diálogo da bancada laranja.

"Há oito anos que o PSD é, nesta Assembleia, fiel a si próprio", porque deixou, em 1996, a "região no caos e, todos os anos, anuncia felizmente sem sucesso, o caos da região", acusou César, para quem o Orçamento proposto é "equilibrado sem recurso ao endividamento, reflecte uma contenção nos gastos na administração regional e um aumento das verbas de investimento."

Carlos César anunciou que, com o propósito de agilizar procedimentos e descentralizar funções de gestão e de investimento, o Governo açoriano vai canalizar muitas iniciativas para as sociedades anónimas de capitais públicos.

Referiu-se igualmente ao relacionamento como Executivo de José Sócrates, garan-



tindo que não admitirá "que os Açores se transformem num ancoradouro tranquilo para o esquecimento ou as desconsiderações da Administração Central".

Também o líder do Grupo Parlamentar do PS/Açores lamentou que a oposição tenha revelado uma análise "destrutiva e preconceituosa" dos documentos em debate. Entretanto, o presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Fernando Menezes, entregou ao presidente da Assembleia da

República a proposta de alteração da lei eleitoral da região.

Em declarações aos jornalistas, após uma reunião de cerca de 45 minutos com Jaime Gama, na qual participou uma delegação da Assembleia Legislativa dos Açores, Menezes mostrou-se confiante na aprovação da proposta pelo Parlamento nacional. "Estou convencido que é uma lei boa e que irá ter acolhimento na Assembleia da República", disse.

## AMBIENTE

## GOVERNO AÇORIANO TEM PLANO ESTRATÉGICO PARA RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Para garantir um destino final mais adequado aos materiais perigosos, como pilhas, pneus, electrodomésticos e veículos, o Executivo açoriano vai implementar um Plano Estratégico de Resíduos Industriais e Especiais.

Na sessão para apresentação do plano que se encontra em fase de discussão pública, Ana Paula Marques, secretária regional do Ambiente, realçou que está em análise um documento de "extrema importância" para o equilíbrio ecológico e ambiental da região, tendo em conta a inexistência no arquipélago de "um destino final adequado" para os resíduos industriais perigosos.

"Muitas vezes estes resíduos industriais são abandonados em sítios impróprios, podendo implicar a contaminação dos solos e constituindo um perigo para a saúde humana", alertou a governante, para quem é clara a necessidade das sociedades gestoras "estenderem a sua actuação" às várias ilhas para que os industriais possam entregar os resíduos que produzem, com vista ao seu posterior envio para o continente, onde serão transformados e reciclados ou até exportados.

Segundo Ana Paula Marques, trata-se de criar eco-centros em cada ilha onde os industriais possam entregar "em segurança" os resíduos que produzem.

A governante adiantou que estará concluído, ainda este ano, o estudo encomendado pelo governo dos Açores à Universidade do Minho, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão para os Resíduos na Região.



## PS/MADEIRA APRESENTA QUEIXA CONTRA JARDIM POR PERSEGUIÇÃO FISCAL

O PS-Madeira entregou na Procuradoria-Geral da República uma queixa contra o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, por perseguição fiscal a dirigentes de partidos políticos.

Em causa estão as declarações proferidas por Alberto João Jardim, em resposta a críticas de partidos políticos e organizações ambientais sobre os estragos causados na marina do Lugar de Baixo (Ponta do Sol) pelas "marés vivas" ocorridas em Março na costa madeirense.

As deficiências na construção devido à rapidez com que o projecto foi executado, alegadamente com fins eleitorais e a acusação de que as obras foram realizadas com recurso ao erário público foram aspectos apontados pelos críticos.

Numa cerimónia pública, e invocando o seu currículo para "poder dizer tudo o que apetece", Jardim rejeitou que as obras tenham sido feitas com recurso ao erário público e anunciou que as Finanças do Funchal estão a fazer um levantamento para determinar quem são os que não pagam impostos.

"Muitos desses senhores que dizem que 'é com o meu dinheiro', agora estamos a fazer um levantamento nas Finanças do Funchal, devemos ver que são pessoas que não pagam impostos, mas dizem que é o dinheiro deles. Nunca entraram com um tostão para nada, mas dizem que é o dinheiro deles",



afirmou o presidente do Governo Regional. Face a estas declarações de Jardim que configuram uma forma de intimidação por via fiscal, o líder do PS-Madeira, Jacinto Serrão, quer que "seja aberto um inquérito, no qual o presidente do Governo Regional terá de esclarecer que tipo de informações fiscais possui, sobre quem e como as obteve".

E sublinhou que "as informações fiscais a

que o presidente do Governo Regional se refere têm carácter reservado e estão protegidas pelo segredo fiscal".

Por seu turno, o líder do Grupo Parlamentar do PS-Madeira, Bernardo Martins, anunciou que enviará uma cassetete vídeo com as declarações de Jardim ao Presidente da República, Jorge Sampaio, e requererá uma audição parlamentar ao director regional dos Assuntos Fiscais madeirense.

## MADEIRA

## "BATOTA POLITICA" DA MAIORIA MOTIVA APELO DOS SOCIALISTAS A SAMPAIO

Os socialistas no parlamento madeirense vão apelar ao Presidente da República para que impugne a votação do projecto de proposta de lei relativo à Revisão do Estatuto Político-Administrativo e da Lei Eleitoral da região, por considerarem que o documento foi aprovado graças a uma manobra de "batota política" por parte da maioria laranja.

Os deputados da Assembleia Legislativa da Madeira (ALM) estiveram reunidos durante cerca de 20 horas, numa sessão iniciada no passado dia 12, para debater a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Madeira, mas, no momento da votação final, foram confrontados com o acrescimento "e da Lei Eleitoral" no título do projecto, levando a oposição a considerar tratar-se de uma manobra inaceitável, uma vez que a discussão e votação da revisão do Estatuto, apesar deste incluir medidas eleitorais, não implicava que tivesse sido consumada uma revisão da Lei, matéria que precisava de ser revista numa sessão própria.

A inclusão no documento da indicação de que, além do Estatuto, se tratava também de uma revisão da Lei Eleitoral motivou protestos do PS-M, e restante oposição, que votaram contra o documento.

O líder da bancada do PS/Madeira, Bernardo Martins, denunciou a "rasteira", apontando o dedo a uma "batota apadrinhada pelo PSD-M" que denota, para além de um "escândalo inacreditável", um "comportamento prepotente e um défice democrático".

"Qual é o documento que estivemos a discutir?", inquiriu, dirigindo-se ao presidente do hemiciclo madeirense, que se escusou a esclarecer.

Assim, o PS vai entregar na Assembleia da República o seu projecto de revisão da Lei Eleitoral, pois considera que a feita aos artigos sobre esta matéria no Estatuto – eleição de 41 deputados (actualmente são 68) e criação de seis círculos eleitorais – continua a não respeitar o princípio constitucional da proporcionalidade.

## OPINIÃO

## DA LIMITAÇÃO DOS MANDATOS

O Partido Socialista, através do Governo presidido pelo camarada José Sócrates, apresenta perante a Assembleia da República a proposta do estabelecimento, na ordem legal ordinária, de normativo adequado para limitar o mandato dos presidentes dos órgãos políticos de natureza executiva, envolvendo, desde logo, o próprio primeiro-ministro, os presidentes dos governos das regiões autónomas, os presidentes das câmaras municipais, os presidentes das juntas de freguesias.

O prazo de doze anos, correspondente a três mandatos autárquicos, aponta para um equilíbrio bastante justo e razoável que permite gizar, desenvolver e concretizar as políticas essenciais legalmente adstritas aos cargos a desempenhar. Nem se fica por prazos de aperto que levam à precipitação vertiginosa, nem cai em delongas exageradas. Muitos argumentos têm sido aduzidos para justificação do princípio democrático e republicano do exercício temporário do poder político e há até quem ponha o assento tónico da questão no combate aos riscos da corrupção e do abuso do poder.

Não é essa a nossa perspectiva, pois para esta preocupação deve o Estado estar armado dos mecanismos legais, administrativos e judiciais que se mostrem necessários à repressão das práticas desonestas que possam ocorrer. O que deve prevalecer, em primeiro lugar, é o princípio da filosofia política de que o exercício do poder político, confiado por mandato, funda-se na ideia de prestação de um serviço cívico à comunidade. Não é um modo de vida, nem uma profissão. Na boa prática, aqueles que servem em funções públicas de natureza política, devem ter, fora delas, o seu modo de vida próprio e autónomo, de onde vieram e para onde, a todo o tempo, podem regressar normalmente, sem dano nem problema.

Em segundo lugar, importa que a sociedade se garanta o livre e igualitário acesso de todos os cidadãos ao exercício do poder público e, consequentemente, estimule a renovação do pessoal político. Ainda que sem obstaculizar hipóteses de regresso passado um tempo de afastamento. Ora, tal rotação no acesso ao poder político só é eficaz se o Estado dispuser de regras estritas que a acautelem e caucionem, através do seu poder de autoridade que é exercido em nome de todos e do interesse geral, plasmando-se, justamente, na lei geral e abstracta.

A mudança dos agentes políticos é também um factor de dinamismo e de abertura ao que é novo e ao progresso.

A Constituição da República confere a necessária credencial à limitação temporal dos mandatos de natureza executiva, e só a estes. Por isso o Governo não pode propor ao Parlamento legislação de diferente alcance.

Mas, em minha opinião pessoal, a assumpção desta medida política trará inelutavelmente, a prazo curto, a conquista para a ordem jurídica constitucional do princípio da limitação de âmbito geral, incluindo aqui os mandatos não executivos, como é o caso dos deputados à Assembleia da República.

Até porque a limitação no âmbito autárquico e regional fará aumentar fortemente a pressão sobre as escolhas políticas dos candidatos parlamentares, designadamente nos processos internos de escolha pelos partidos políticos, o que tem de levar à criação de válvulas de escape no sistema sob pena de, não o fazendo, este começar a rebernar.

O que me parece correcto é que a distinção, que pode muito bem existir, entre os mandatos em cargos executivos individuais ou em colégio restrito e os mandatos deliberativos em órgãos de assembleia, se deve fazer pelos prazos, assinalando-se mais longos os desta última categoria e mais restritivos os da primeira.

## BELMONTE

## INAUGURADO PRIMEIRO MUSEU JUDAICO

Com um espólio de mais de uma centena de peças que vão da Idade Média até aos nossos dias, foi inaugurado no passado domingo o primeiro museu judaico do país, na vila de Belmonte, cerimónia que contou com a presença do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Trata-se de uma homenagem aos judeus de Belmonte, a única comunidade organizada do país com práticas religiosas regulares que escapou incólume à Inquisição, e que nos últimos 20 anos iniciou um processo de abertura ao exterior.

Propriedade da Câmara Municipal de Belmonte, presidida pelo socialista Amândio Melo, o museu, composto por três pisos, ilustra a história e a resistência dos judeus portugueses, a sua integração na sociedade e o seu contributo na arte, literatura, comércio e ofícios.

O destaque do museu, onde ficará instalado um Centro de Estudos Judaicos, vai para as principais festas do calendário litúrgico (Shabbat, Yom Kipur, entre outras), cerimónias associadas ao ciclo da vida, como a circuncisão, o casamento ou a morte, e para peças genuínas da Idade Média.



LUÍS PITA AMEIXA

## PORTO

## ASSIS RESPONSABILIZA RIO POR PARAGEM DAS OBRAS NO TÚNEL DE CEUTA

O candidato socialista à presidência da autarquia portuense, Francisco Assis, responsabilizou directamente o edil local, Rui Rio, pela paragem das obras no Túnel de Ceuta.

"Não chegaríamos a esta situação se a autarquia tivesse pedido o parecer do IPPAR [Instituto do Património Arquitectónico] em devido tempo", explicou Assis, numa visita ao local das obras. Recorde-se que o Executivo municipal portuense suspendeu em 23 de Março as obras da saída do Túnel de Ceuta na Rua D. Manuel II, depois de o IPPAR ter chumbado o projecto de prolongamento do túnel, alegando que entrava na zona de protecção do Museu Nacional Soares dos Reis.

"A Câmara do Porto tem de dizer claramente o que quer", afirmou o candidato socialista, para quem as únicas soluções para o problema são recuar a saída do túnel para junto do Hospital Santo António ou estudar um novo prolongamento pela R. D. Manuel II, que coloque a rampa de saída longe do museu. Francisco Assis visitou também as obras do Metro do Porto junto ao Hospital S. João, defendendo que os carris que já estão a ser colocados à superfície sejam retirados e que a linha seja enterrada naquela zona.

## GAIA

## SOCIALISTAS CHUMBAM CONTAS DEVIDO A "PROFUNDA AGONIA" FINANCEIRA

Os vereadores socialistas na Câmara de Gaia vão votar contra as contas de gerência de 2004, por considerarem que o texto mostra "claramente que a actual gestão municipal está em profunda agonia".

"Todos os principais indicadores da vida municipal, espelhados neste documento, ou seja, o controlo orçamental de receitas e despesas, as despesas correntes e de capital, o grau de execução orçamental, a situação económica e financeira e outros sofreram um acelerado abaixamento, denotando-se claramente que a actual gestão municipal está em fim de ciclo e em profunda agonia", referem os autarcas do PS em comunicado.

Nas suas críticas, os socialistas recordam

O presidente da Federação do PS/Porto deslocou-se ainda ao Castelo do Queijo, manifestando-se contra o projecto de construção de uma linha de metro ao longo de toda a Avenida da Boavista.

"Tem de haver uma via complementar ou alternativa, mas não pela Boavista. Colocar o metro ali é destruir a mais emblemática avenida do país", frisou, ao iniciar, no passado dia 9, um conjunto de deslocações aos bairros do Bom Pastor e Carriçal, cumprindo desta forma a promessa de visitar todos os bairros sociais da cidade até Outubro.

## ... E apoia recandidatura socialista em Amarante

Entretanto, em Marco de Canaveses, o líder dos socialistas do Porto participou na apresentação dos oito candidatos do PS nos municípios do interior do distrito — Paredes, Penafiel, Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras, Marco de Canaveses, Amarante e Baião.

Classificando o combate autárquico dos socialistas em Amarante como um dos mais importantes no país, Assis sublinhou que a candidatura do ainda autarca de Marco de Canaveses "põe em causa alguns aspectos essenciais de uma vida democrática minimamente saudável"

e defendeu que o PS tem um bom candidato para opor a Ferreira Torres, uma vez que o actual presidente, Armindo Abreu, recandidata-se ao cargo.

Segundo o eurodeputado não deve responder-se ao circo com o circo, nem deve responder-se à demagogia com a demagogia, sublinhando que o camarada "Armindo Abreu é um homem de uma grande exigência e rigor, de uma extraordinária e irrepreensível seriedade e, por isso, o combate vai ser visto no país com muita expectativa" porque, aliás, "em Amarante são alguns valores da nossa vida democrática que estão também em causa".

Francisco Assis venceu ainda que o reforço do associativismo intermunicipal deverá ser encarado como a melhor forma de alterar o défice estrutural que afecta os oito municípios do interior do distrito, e defendeu que o Governo deve criar para esta região algumas medidas de excepção, apostando nomeadamente "no enriquecimento do capital humano" e na elevação do nível de conhecimento das pessoas.

Quanto à cooperação regional, Assis considera urgente que os investimentos públicos sejam partilhados em função das necessidades específicas e não em função de quem reivindica mais.

que "as receitas arrecadadas em 2004 ficaram longe das previstas e a taxa de execução orçamental foi apenas de somente 42 por cento".

"Verificou-se um desvio orçamental de quase 43 por cento. Nota-se uma clara falta de capacidade em conseguir apoios do Governo e também uma grande falta de iniciativa para obter fundos da União Europeia e atrair investidores a Gaia, fruto do desleixo e da falta de empenhamento por parte de Filipe Menezes", acrescentam.

Os vereadores do PS enunciam ainda várias obras municipais "há vários anos em curso e sem fim à vista", como "o Complexo Desportivo da Lavandeira,

VL9, Arquivo Municipal, Casa da Presidência, Centro Cívico, parques de estacionamento, nó da Arrábida", entre outros.

"Entretanto, o endividamento não pára de aumentar, atingindo agora os 225,4 milhões de euros em dívida de curto, médio e longo prazos", criticam, para vincar depois no comunicado o "preocupante valor atingido nas despesas correntes, que rondam agora os 63,7 por cento e não param de subir desde 2001, atingindo um aumento exorbitante em 2004", enquanto "as despesas de capital têm vindo a baixar, registando uma descida de 23,4 milhões de euros em relação ao ano anterior".

## FARO 2005

## APOLINÁRIO DENUNCIA BLOQUEIO CAMARÁRIO À CAPITAL DA CULTURA

José Apolinário, candidato do PS à presidência da autarquia de Faro, acusa o executivo camarário local (PSD) de tentar bloquear o evento "Faro, Capital Nacional da Cultura 2005".

"Está hoje claro que o actual presidente da autarquia farense apenas surgirá nos diversos cortar de fita da iniciativa", ironizou o actual deputado socialista, em nota enviada à Comunicação Social.

Apolinário saúda a intervenção directa neste processo da ministra da Cultura,

Isabel Pires de Lima, e observa que, com um Governo PS em Lisboa, "pelo menos no que concerne ao papel do poder central a situação já mudou".

Apolinário afirma ter ficado demonstrado que, dois dias antes das legislativas, a 18 de Fevereiro — aquando da apresentação do programa do evento — "não estavam resolvidos os diversos problemas de procedimentos e já existiam atrasos no pagamento de salários", por não terem sido adoptados os procedimentos legais.

"Razão teve o PS/Faro quando em 17 de Fevereiro denunciou aquela apresentação forçada", sublinha a nota, onde se destaca a confiança de José Apolinário em que Faro pode e vai contar com o empenho e mérito de Isabel Pires de Lima.

Sublinhando que a paternidade do projecto é de um Governo de António Guterres, o parlamentar do PS sustenta que o executivo camarário e o anterior Governo PSD/PP "tudo fizeram ou têm feito" para comprometer o seu sucesso.

## MOITA

# EURÍDICE PEREIRA PREPARADA E PRONTA PARA LUTAR PELO CONCELHO

Promover o ensino profissional para qualificar os jovens, valorizando-os no emprego, e afirmar o concelho da Moita como grande pólo dinamizador na Península de Setúbal foram dois compromissos assumidos por Eurídice Pereira na apresentação pública da sua candidatura.

A construção da primeira circular externa com um novo nó de ligação ao IC32 – a ser complementada por uma circular à vila –, e o lançamento de uma rede local de mini-bus que facilite o acesso dos moitenses aos equipamentos, serviços e aos transportes interurbanos, constituem também objectivos centrais da candidata socialista.

Com duas décadas de experiência na administração local, esta licenciada em Sociologia de 42 anos e líder da estrutura concelhia do PS, manifestou, no passado dia 15, na Baixa da Banheira, a sua total disponibilidade para ser o rosto da mudança num concelho que, advertiu, “se continuar a ser pensado e gerido da forma como tem sido, verá confirmar-se a sua indesejável condição periférica”.

“A nossa estrutura empresarial e produtiva é débil, pouco variada ao nível dos ramos de actividades e a carecer de desenvolvimento tecnológico”, disse, ao desenvolver o ponto da situação do concelho, que prima, por uma “ausência de infra-estruturas adequadas” que lesa a sua competitividade e o seu poder de atracção de pessoas ou empresas, bem como as suas potencialidades de modernização e qualificação.

Assim, “a Moita corre fortes riscos de



acentuar, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, as funções de subúrbio residencial”, alertou, apelando de seguida a uma “grande mobilização da vontade colectiva” que se alie “ao projecto alternativo e credível” que o PS apresenta e a “uma equipa eficiente” reunida para a sua execução.

Antes de aprofundar as “soluções do PS” perante estes indicadores socioeconómicos e culturais que se apresentam desfavoráveis, a candidata do PS à presidência da Câmara Municipal da Moita identificou aqueles que chamou como os “obreiros” da realidade que presentemente é vivida pelos moitenses. Recordando que o concelho é gerido há mais de 30 anos pela mesma força partidária (CDU), Eurídice Pereira acusou

os executivos locais de terem ficado muito aquém do desejável, apesar de terem contado com todas as condições fundamentais, uma vez que “tiveram tempo, dinheiro e estabilidade”.

“Só podemos concluir, decididamente, que andaram à deriva com o exclusivo propósito de não encaixar”, declarou, para depois criticar a CDU por “tirar de onde faz falta para pôr onde faz vista”. Feito o balanço de “uma gestão municipal presidencialista”, a dirigente socialista convidou a olhar para o futuro, definindo objectivos de topo que passam por reconciliar Alhos Vedros com a sua história, desenvolver uma estratégia territorial “unida na diversidade” e assente em “duas centralidades”: uma fixada na Baixa da

Banheira, beneficiando o Vale da Amoreira, e a outra na sede do concelho, onde os reforços devem incidir em criar mais equipamentos e serviços.

“O Gaião Rosário e Sarilhos Pequenos deverão tirar partido da frente ribeirinha, das potencialidades do estuário, da náutica de recreio, das praias fluviais e do lazer, mantendo os padrões de qualidade paisagística, ambiental e urbanística que lhe são tradicionais”, defendeu.

A este desafio de “conquistar a sorte” da Moita, que reconhece difícil, mas que garante ser realizável, Eurídice Pereira responde afirmativamente, assegurando estar preparada e pronta para lutar com “ambição, com verdade e com determinação” pelo concelho onde nasceu e pelas suas gentes.

“É urgente actuar e vencer factores estruturais que condicionam o desenvolvimento local, pois, depois, poder ser tarde de mais”, reiterou a candidata socialista ao discursar perante mais de meio milhar de apoiantes, reunidos, no passado dia 15, numa sessão em que participaram o coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, a presidente da Federação socialista de Setúbal, Maria Amélia Antunes, a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, e a independente Manuela Teixeira.

## Coelho condena imobilismo da CDU

Jorge Coelho, na sua intervenção de

apresentação pública da candidata do PS à autarquia da Moita, responsabilizou a CDU pelo “imobilismo” de algumas autarquias do distrito de Setúbal.

“Se querem um concelho diferente, progresso e solidariedade, então a força da mudança está no PS e na doutora Eurídice Pereira”, afirmou, ao falar na cerimónia realizada na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos “O Norte”.

Já Maria Amélia Antunes defendeu a continuidade a nível local do projecto sufragado e vitorioso que o PS apresentou ao país, considerando que a conquista da presidência da edilidade moitense “é um contributo muito importante para a mudança efectiva a favor das pessoas que vivem e trabalham no distrito de Setúbal”.

Por sua vez, Manuela Teixeira, uma cidadã independente originária da Baixa da Banheira que se descreveu como “um rosto da terra”, manifestou a sua confiança em Eurídice Pereira para que esta leve a bom termo as apostas socialistas na formação dos jovens, na qualificação tecnológica e na luta contra todo o tipo de exclusão, “que passa também pelo melhoria da qualidade de vida das populações”.

“Sou uma mulher de paixões e desafios que espera ver na reconhecida competência e frontalidade de Eurídice Pereira “a força da mudança” para o conquistar a sorte para o concelho da Moita”, concluiu.

ARMY RODRIGUES

## NOVAS FRONTEIRAS DO PODER LOCAL

# NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS UNE SOCIALISTAS

“O PS vai alterar o actual mapa autárquico e ganhar em toda a linha”. A convocação de Jorge Coelho marcou o debate sobre “As Novas Fronteiras do Poder Local”, promovido, no passado dia 18, em Oeiras, pelo Departamento Federativo das Mulheres da FAUL e a Concelhia local, numa iniciativa que visou homenagear os nossos autarcas e o poder local.

Perante mais de centena e meia de militantes, o coordenador nacional autárquico do PS dedicou parte da sua intervenção à “excelente actuação do Governo”, que, sustentou, “tem vindo a cumprir todas as promessas eleitorais” ao avançar com os referendos, proceder a alterações à lei eleitoral das autarquias locais e ao encetar uma “acção de dignificação da classe política”.

Num discurso vigoroso, Jorge Coelho defendeu a implementação de uma “nova geração de políticas para as autarquias”, centrada nas áreas do ambiente e do



desenvolvimento sustentado.

Neste sentido, o dirigente socialista sublinhou que “é preciso actuar de forma casuística, porque temos diversos níveis de desenvolvimento nacional e muitas assimetrias regionais que precisam ser invertidas”.

A presidente das mulheres da FAUL e

moderadora do debate, Susana Amador, chamou a atenção para a necessidade de saber identificar e definir essa geração de novas políticas para o poder local, apontando sete áreas que, em seu entender, delimitam as novas fronteiras que têm que ser afirmadas: descentralização, planeamento e ordenamento do

território, ambiente sustentado, participação política das mulheres na vida autárquica, formação de recursos humanos dos municípios, revisão da lei eleitoral e regionalização.

Também presente na sessão, o líder da Federação do PS da Área Urbana de Lisboa, Joaquim Raposo, salientou a importância da nova legislação sobre os governos homogéneos e da limitação dos mandatos públicos executivos, frisando que os futuros eleitos municipais deverão dar primazia às políticas de habitação.

Por sua vez, a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Sónia Fertuzinhos, apelou à mobilização e à participação geral no acto eleitoral e nas consultas públicas, enfatizando que “homens e mulheres devem trabalhar em conjunto para transformar a sociedade”. Já Idália Moniz, secretária de Estado da Reabilitação, debruçou-se sobre o esforço pessoal subjacente ao trabalho

da administração e considerou que, dada a escassez de meios, “a criatividade e os recursos humanos são, por vezes, as únicas armas nos municípios rurais, daí que seja tão gratificante quando se consegue dar qualidade de vida às pessoas e melhorar o seu padrão vivencial e cultural”, afirmou.

A responsável governamental pelo sector dos Transportes, Ana Paula Vitorino, referiu-se aos desafios das políticas autárquicas e à necessidade de se entrosar cada vez mais os a mobilidade com o planeamento e ordenamento do território.

Por último, o presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Oeiras, Emanuel Martins, encerrou o debate manifestando a sua total confiança na mobilização socialista e num “excelente resultado autárquico em Outubro”, inclusive no Município de Oeiras, onde, garantiu, “o PS tem todas as condições para ganhar.”

## PS DESAFIA PCP PARA ENTENDIMENTO EM LISBOA



O mais importante é trabalhar na base de um programa de transformação e de ruptura para que Lisboa, "que tão mal tratada" tem sido nos últimos anos, volte a ser uma cidade de progresso, salientou Jorge Coelho no final de uma reunião no Largo do Rato entre delegações do PS e do PCP, chefiadas, respectivamente, por José Sócrates e Jerónimo de Sousa.

Frisando que o PS trabalhará no sentido de um entendimento em torno de "uma candidatura de projecto" para Lisboa, o coordenador autárquico socialista afirmou, no entanto, que "este é um trabalho difícil", nomeadamente porque "há um calendário muito apertado".

Jorge Coelho não deixou de sublinhar contudo que há um candidato socialista, Manuel Maria Carrilho, "um homem competente, com provas dadas", e que "é uma fortíssima aposta do PS para ganhar a Câmara Municipal de Lisboa".

PS e PCP acordaram na marcação de nova reunião de trabalho, que tem lugar amanhã. Nesta segunda reunião, que também decorrerá no Largo do Rato, Manuel Maria Carrilho, candidato socialista à presidência da Câmara de Lisboa, chefiará a delegação do PS.

J.C.C.B.

### BEJA

## PS APOSTA EM CARLOS FIGUEIREDO PARA CONQUISTAR AUTARQUIA

Carlos Figueiredo é o candidato do PS à Câmara Municipal de Beja nas autárquicas deste ano.

O antigo presidente do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), aos 55 anos, aceitou o desafio de liderar a candidatura do PS à sede de distrito do Baixo Alentejo, por conhecer as dificuldades da região e estar decidido em "contribuir para o seu desenvolvimento".

Em conversa com o "Acção Socialista", o presidente da Comissão Política Concelhia do PS local, José Pinheiro Monge, apontou como razões para a escolha de Carlos Figueiredo para encabeçar a lista socialista o perfil deste "cidadão que tem um amplo conhecimento dos problemas e das matérias mais importantes" para o concelho.

Descrevendo o candidato como "um militante dedicado e competente" que "tem feito estudos aprofundados à realidade de Beja" e "tem desempenhado cargos de responsabilidades pública", o dirigente do PS garante que a estrutura fez "uma aposta forte para vencer um desafio não menos forte", deixando de seguida a garantia de que "Carlos Figueiredo sabe o que as populações precisam e esperam deste concelho gerido pela CDU."

M.R.

### TOMAR

## CARLOS SILVA LIDERA CANDIDATURA DO PS À CÂMARA

A Concelhia de Tomar do PS aprovou o nome de Carlos Silva para liderar a candidatura à presidência da câmara local.

Antigo presidente da Junta de Santa Maria dos Olivais, Carlos Silva é o candidato proposto pela liderança do Secretariado do PS, que vai submeter esta decisão à direcção da Federação socialista de Santarém.

"É um bom candidato porque é uma pessoa muito conhecida no concelho e é "uma pessoa muito honesta, muito séria e conhecedora dos problemas das populações locais", explicou o porta-voz da estrutura concelhia do PS, António Oliveira.

Por sua vez, Carlos Silva explicou as razões pelas quais decidiu candidatar-se, apontando principalmente para os problemas existentes no concelho que, na sua opinião, "são da responsabilidade da actual maioria lanranja do executivo camarário. "Não faz sentido que existam taxas tão altas para a construção", o que provoca o "abandono do concelho de muitos jovens", afirmou, para depois criticar o facto de não haver indústrias na localidade e das freguesias rurais terem sido votadas literalmente ao esquecimento pela autarquia, aumentando ainda mais a perda de residentes para outros concelhos vizinhos.

## MIGUEL GINESTAL DETERMINADO EM ABRIR NOVO CICLO POLÍTICO EM VISEU

**Determinado a levar a mudança a Viseu, o candidato socialista à presidência da autarquia local propõe-se acabar com a política arrogante e autista, avançar com de partilha das opções públicas com os cidadãos e de gestão responsável, abrindo um ciclo de qualidade de vida para as populações viseenses. Em entrevista ao "Acção Socialista", Miguel Ginestal defende a necessidade da limitação de mandatos, a modernização dos processos de decisão no exercício do poder autárquico, uma nova agenda económica para o município e a valorização do capital humano do concelho, traçando, assim, "Novas Fronteira" para o desenvolvimento sustentado e o crescimento do seu concelho.**



### Como encara o desafio de concorrer a um dos principais bastiões do PSD?

Com a determinação necessária para fazer a mudança que Viseu necessita ao fim de 16 anos de políticas do PSD.

Qual o projecto que defende para Viseu? Não tenho um projecto pessoal. Tenho um projecto para Viseu, com novas ideias, novos protagonistas, uma nova atitude e um novo conceito de governação. Proponho-me acabar com a política do "Eu quero, eu posso e eu mando" que há 16 anos governa Viseu. Ou seja, e antes de mais, pretendo tratar as pessoas, todas as pessoas, sem arrogância. Com a consideração, a dignidade e o respeito que merecem.

### Na apresentação da sua candidatura defendeu uma nova agenda para o Concelho. Quais os seus principais pontos?

A minha agenda é centrada nos problemas reais do concelho e não na ficção. Proponho partilhar o processo de decisão das opções públicas com os cidadãos e os agentes económicos e sociais para termos decisões de qualidade na cidade, nos bairros e nas aldeias. A política de fazer um máximo de obra pública, muito eleitoralista, levou a que fossem feitas obras sem regras, prejudicando as pessoas e prejudicando o nosso orçamento, pois levou ao desbaratar de milhões de euros.

E o pior é que essas obras não só não resolveram os velhos problemas como fizeram nascer problemas onde estes não existiam. Tenho dado como exemplo o Mercado 2 de Maio, que está às moscas, o Túnel Viriato, que acrescentou novos problemas de trânsito na cidade e passou ao lado dos velhos, que se mantêm, e o Pavilhão Multiusos, que está sem "usos".

Ora o que eu quero é que Viseu viva um novo ciclo, o ciclo do gosto e da qualidade de vida. E é para isso que me proponho apostar em políticas sociais de qualidade, inexistentes até hoje; no Planeamento e Urbanismo, ultrapassando os impasses conhecidos; na Cultura e no Património, promovendo os nossos

valores; nas finanças e nos impostos, alterando, entre outros, a política do PSD de impostos municipais máximos, já com 16 anos; no apoio às actividades económicas, em concertação com as Associações Empresarial e Comercial e com os Sindicatos; no Desporto, no Associativismo e na Juventude, actuando em parceria com os agentes locais; finalmente, na qualidade do Ambiente e na qualidade de Vida, promovendo a coesão socioterritorial do concelho na cidade, nos bairros e nas aldeias.

Entendo também que é necessária uma nova agenda económica que não dependa em excesso da indústria da construção civil. Que se preocupe igualmente com a contribuição indispensável do comércio e com a valorização e a promoção dos nossos produtos locais, como o Vinho do Dão, por exemplo.

Finalmente, quero uma Câmara Municipal amiga dos cidadãos, amiga dos agentes económicos e sociais, eficiente, desburocratizada, transparente e democrática.

### Que estratégia defende para imprimir um novo desenvolvimento a Viseu?

Quero começar por afirmar que, neste projecto, todos os viseenses são indispensáveis!

É por isso que me proponho construir este novo projecto de um modo participativo, de um modo que seja sentido e partilhado pelos viseenses. Só assim será possível ter políticas e soluções municipais ajustadas à realidade do presente e do futuro. Não compreendo porque é que o estudo de trânsito foi entregue a uma Faculdade de Coimbra, quando podia e devia ter sido entregue, por exemplo, à Escola Superior de Tecnologia de Viseu. Quero valorizar o capital humano do concelho. Todas as instituições de Viseu devem trabalhar para concretizar projectos comuns.

Para que isso seja possível é necessário um novo estilo de governação da Câmara Municipal. Não quero que a Câmara Municipal mande em tudo e em todos. Pretendo antes criar as condições para que se juntem competências de forma a resolver os problemas e os constrangimentos existentes e assim tornar Viseu numa cidade mais atractiva e competitiva. E pretendo começar já. O movimento das Novas Fronteiras para Viseu será disso um exemplo que falará por si quanto a este meu desejo.

### Quais os bloqueios que identifica na autarquia?

Penso que, fundamentalmente, é uma questão de atitude. A atitude arrogante de quem, ao fim de 16 anos ininterruptos de governação, pensa que já nada tem a aprender com as pessoas. Ora eu penso o contrário. Penso que é ouvindo as pessoas que nos apercebemos das suas necessidades e dos seus anseios. Governar, governar uma câmara, é resolver os problemas sentidos pelos seus municípios. Sobretudo uma câmara como a de Viseu, que respeita a um concelho com cerca de 100 mil habitantes. Esta câmara e este concelho não podem continuar a ser governados "à antiga", do gabinete do presidente para fora, "mandando". É preciso modernizar os processos de decisão. Para que se tomem as boas decisões. E para isso, os processos que as envolvem têm que ser partilhados. Não podem ser tomadas decisões de envergadura, como as que foram assumidas nos últimos anos, designadamente na cidade, sem chamar a esse esforço a qualidade da intervenção interessada, por direito próprio, dos residentes e dos comerciantes. O mesmo se pode dizer do PDM, que deveria ser, como sempre defendemos, um documento estratégico, mas sobretudo democrático. Acontece que, infelizmente, não é assim em Viseu. Em Viseu é um "fato feito à medida" que há 10 anos o PSD impôs ao concelho. E os resultados, mais uma vez, estão à vista: esvaziamento e abandono das aldeias e do centro histórico e superpovoamento dos bairros periféricos.

Temos hoje novos problemas (embora velhos genericamente, pois estes são problemas por que já passaram outras cidades, e por essa incapacidade e incúria penso que o PSD deverá ser responsabilizado) e é por isso que digo que este modelo de governação de 16 anos do PSD está esgotado. É imperioso começar a governar Viseu tendo em mente a qualidade das soluções e não apenas a quantidade bruta de obra para inaugurar.

### Qual a equipa com que conta para ganhar a Câmara?

É uma equipa que vai sair do Movimento das Novas Fronteiras para Viseu, onde estão viseenses, militantes e independentes, que já manifestaram nas suas vidas profissionais uma inegável competência. Essa competência será uma garantia para a qualidade das soluções que proporemos para a governação do município. Os viseenses sabem bem que quero um Governo municipal pequeno e moderado nos impostos.

### Que comentário lhe merece a anunciada lei de limitação de mandatos?

A limitação de mandatos executivos é essencial para permitir um permanente e sadio reavivamento da qualidade da democracia local. Acredito ainda assim que, mesmo que esta lei não estivesse em vigor, o eleitorado e, em particular o eleitorado viseense, saberia, pelo voto, limitar a duração dos mandatos excessivos.



## COIMBRA

# VICTOR BAPTISTA NA CORRIDA PELA RECONQUISTA DA CÂMARA

Definir uma estratégia de desenvolvimento para Coimbra, combater activamente o desemprego no concelho, promover uma auditoria permanente a todas as actividades camarárias, reformar os serviços urbanísticos no que respeita à sua relocalização e modernização, construir um Palácio de Congressos com capacidade para três mil utentes no sentido de promover o turismo científico, valorizar o trabalho das juntas de freguesia no âmbito de um processo de descentralização de competências e transformar a margem esquerda da cidade numa nova centralidade são as



ideias orientadoras da candidatura de Victor Baptista à presidência do município.

Contactado pelo "Acção Socialista", o líder da Federação de Coimbra do PS manifestou a sua preocupação com o resultados de três anos e meio de gestão da coligação da direita no município. "Faço quatro lamentáveis constatações: a maioria PSD-PP exerceu o seu mandato sem apresentar uma ideia, um programa ou um projecto, o executivo camarário apenas se limitou a acabar as obras encetadas pelas anteriores governações socialistas, no sector

urbanístico há notícias de falta de transparência e o desemprego no concelho cresceu na ordem dos 47 por cento", criticou, insurgindo-se contra a "estagnação" instalada nos passos do concelho.

"Com a minha candidatura pretendo criar condições de clareza e total transparência na gestão municipal, agir em parceria com o tecido empresarial do concelho, financiando, inclusive, a criação de cinco mil novos postos de trabalho, e ajudar a reconquistar e preservar a honestidade e honorabilidade dos serviços camarários", adiantou. **M.R.**

## VIDIGUEIRA

## CONFIRMADA RECANDIDATURA DE ANTÓNIO MENDONÇA

Deixar uma marca socialista "visível e permanente" é a ambição de António Mendonça, que já anunciou a sua vontade de voltar a candidatar-se pelo PS às eleições autárquicas de Outubro para a liderança do executivo municipal da Vidigueira. O edil socialista de 60 anos, que conquistou em 2001 uma das autarquias que a CDU liderava, confirmou no passado dia 7 a sua recandidatura, já aprovada "por unanimidade" pela concelha do PS local. Contactado pelo "Acção Socialista", António Mendonça falou da motivação pessoal

que sente pela saudável e fraterna relação que existe entre os presidentes de câmara socialistas da região e pelo desafio que é colocar à avaliação dos cidadãos o fruto do trabalho de um primeiro mandato exercido em "condições particularmente difíceis". Agora, "com as portas abertas para um melhor relacionamento com o poder central, após a vitória eleitoral do Partido nas legislativas", António Mendonça e a sua equipa querem "ser julgados e verificar a juízo que as pessoas têm da obra feita". "Estamos empenhados em continuar os

projectos encetados, nomeadamente aqueles que beneficiam as crianças, os jovens e os idosos", afirmou o candidato do PS, para quem "muita coisa ficou por fazer".

Contribuir para o desenvolvimento do concelho e acompanhar as potencialidades a concretizar com os empreendimentos do Alqueva e da Barragem de Pedrógão, são metas traçadas por este professor de profissão, que já tinha sido candidato socialista em 1997, tendo, nessa altura, sido eleito vereador na autarquia da Vidigueira. **M.R.**

## SABROSA

## PS RELANÇA RODRIGO PIZARRO NA BATALHA AUTÁRQUICA

Pela segunda vez consecutiva, o PS de Sabrosa aposta em Rodrigo Nóbrega Pizarro para liderar a candidatura à presidência da câmara local.

Em declarações à Comunicação Social, o candidato disse ter aceite, mais uma vez, o desafio de conquistar esta autarquia, por ter a ambição de "melhorar as condições de vida das pessoas".

Rodrigo Pizarro quer "modernizar e desenvolver um concelho que ainda sofre

de muitas carências a nível de necessidades básicas da população, como o abastecimento de água".

A educação, a cultura e o turismo são outras das áreas nas quais o candidato considera que há deficiências, e que defende como prioritárias para o desenvolvimento concelhio e para a fixação dos jovens neste concelho que é governado pelo PSD há oito anos.

Natural de Souto Maior, concelho de

Sabrosa, o cabeça de lista socialista foi militar durante 37 anos, tendo desempenhado, entre outras funções, a de 2º comandante do Regimento de Infantaria 13, de Vila Real, e de comandante do Regimento de Infantaria 19 de Chaves.

Foi também chefe de Estado-Maior no Quartel-General da Região Militar Norte, tendo cessado as suas funções no activo como comandante militar e chefe do Centro de Recrutamento de Vila Real.

## PAREDES DE COURA

## PEREIRA JÚNIOR RECANDIDATA-SE

Aceitando o convite da Comissão Política Concelhia de Paredes de Coura, António Pereira Júnior será novamente o candidato socialista à autarquia local, à qual preside desde 1993.

Em conversa com o "Acção Socialista", o líder da estrutura do PS local, António Esteves, explicou as razões que levaram os socialistas a apostar na continuidade.

"É nosso entendimento que Pereira Júnior tem o perfil mais adequado para levar a

bom porto o projecto autárquico que o PS deseja ver realizado no concelho de Paredes de Coura", afirmou o dirigente socialista, para quem esta recandidatura reúne "as melhores condições de credibilidade e eficiência" perante o eleitorado municipal. Segundo António Esteves, a larga experiência autárquica e o "grande amor pela sua terra" são as mais-valias que o nome de Pereira Júnior tem aos olhos dos courenses, pois estes "também desejam a

continuidade do trabalho que a gestão camarária do PS tem vindo a realizar e a estabilidade, particularmente na vertente orçamental, de que o candidato socialista é absoluta garantia."

Como obras emblemáticas da liderança municipal de Pereira Júnior, o presidente da Concelhia socialista destaca "a remodelação do centro urbano da sede do concelho e o esforço pelo desenvolvimento uniforme ao nível das diferentes freguesias". **M.R.**

## O CHOQUE TECNOLÓGICO NOS PROGRAMAS ELEITORAIS AUTÁRQUICOS

MÁRIO FRANCO

OPINIÃO

1. Com o aproximar das eleições autárquicas e a apresentação de candidatos impõe-se uma reflexão sobre o que deve ser proposto aos cidadãos na próxima campanha eleitoral. Neste contexto, seria importante inscrever nos *Programas Eleitorais Autárquicos* as *tecnologias de informação e comunicação (TIC)* na sua expressão mais conceptual e política: a *Sociedade da Informação*.

2. É importante que se consolide a proposta que o Partido Socialista fez ao país no seu *programa eleitoral* e que o Governo se propôs concretizar no *programa de Governo*, um verdadeiro *choque tecnológico*. Para tal assume particular relevância a realidade local cuja expressão política são as autarquias.

3. As autarquias locais têm um papel da maior importância na consolidação e democratização da *sociedade da informação* que é um dos vectores certamente mais importantes do *choque tecnológico*. Esta componente autárquica da *sociedade da informação* é da maior importância quer porque permitirá criar massa crítica do lado do utilizador e do lado do produtor, quer porque garante uma política solidária de acesso aos benefícios das TIC por parte dos cidadãos, em particular daqueles que têm menos acesso às suas possibilidades.

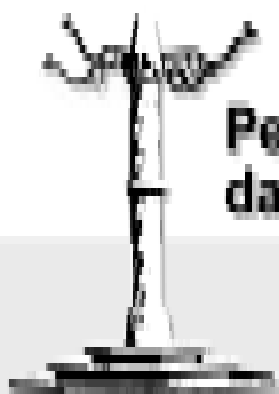
4. Na *Declaração de Princípios*, parágrafo 51, aprovada na *Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação* que decorreu em Genebra em Dezembro de 2003 é chamada a atenção para o papel das autarquias locais neste âmbito, refere-se nomeadamente "com este efeito, as autoridades locais devem jogar um papel determinante na disponibilização dos serviços TIC para o benefício das suas populações".

5. Só a aproximação entre os produtos e serviços tecnológicos e as necessidades mais permentes das populações permitirão sustentar politicamente as necessárias medidas para realizar o *choque tecnológico*. Como se refere na citada *Declaração de Princípios*:

"As aplicações TIC são potencialmente importantes nas operações de Governo e serviços, cuidados de saúde e informação de saúde, educação, formação, emprego, criação de trabalho, negócios, agricultura, transportes, protecção do ambiente e gestão dos recursos naturais, prevenção de acidentes, cultura, promoção da erradicação da pobreza e outros objectivos de desenvolvimento acordados". Assim, a sua utilização ajudará a compreender que o *choque tecnológico* é, acima de tudo, um programa de desenvolvimento humano.

6. Um *programa eleitoral autárquico* para a *sociedade da informação* deve apresentar propostas em pelo menos três áreas, a saber: o *acesso* criando uma rede de espaços de acesso, como o fazem diversas autarquias já hoje, ou melhorando as condições e funcionamento dessa rede; a *formação* garantindo directamente ou em parceria com outras entidades um conhecimento mínimo de manejo das TIC; os *conteúdos* criando condições para que os cidadãos se relacionem com as suas estruturas de modo eficaz e electrónico melhorando simultaneamente o funcionamento dos serviços autárquicos.

7. O *choque tecnológico* que Portugal carece tem de ser uma tarefa de todos os portugueses! Sendo os autarcas agentes fundamentais do desenvolvimento do país só a sua liderança neste campo dará a este programa de acção política e de desenvolvimento a profundidade que ele exige.



## Pelourinho da República

“Estou em melhores condições de ser o candidato a Lisboa”

**Carmona Rodrigues**

“DN”, 6/4/05

“(Fiz ver a Santana Lopes) que as circunstâncias do seu regresso não seriam as mais favoráveis”

**Idem, ibidem**

“A verdadeira oposição no PSD tem um rosto: António Borges, só que, parcialmente escondida, quer sob o manto diáfano do ‘apoio descomprometido’ a Marques Mendes, quer sob a tutela política de Marcelo Rebelo de Sousa”

**Ángelo Correia**

“A Capital”, 2/4/05

“António Borges está a iniciar o caminho para a liderança”

**Marcelo Rebelo de Sousa**

“A Capital”, 8/4/05

“Não tenciono regressar à política neste momento”

**Idem, ibidem**

“Desde o episódio de Cristo descer à Terra (...) tenho tido o cuidado de não dizer nunca a cenários políticos”

**Idem, ibidem**

“Excluí completamente uma candidatura a Belém. Há lições da vida que devem ser extraídas”

**Santana Lopes**

“DN”, 3/4/05

“Hoje, entendo que em Portugal não é possível governar-se sem a legitimidade do voto popular”

**Miguel Relvas**

“Público”, 7/4/05

“O líder do partido deve ser alguém que está cá dentro há muito tempo. Os partidos não são empresas”

**Dias Loureiro**

“JN”, 8/4/05

“Vou estar vigilante como nunca estive à vida interna do partido”

**Alberto João Jardim**

“O Diabo”, 12/4/05

“Não vou estar por aqui. Mas vou andar por aí”

**Pedro Santana Lopes**

SIC-Notícias, 8/4/05

“Feriram-me com gravidade, mas não me mataram”

**Idem, ibidem**

“Como não apareceu ninguém até agora, espero que não apareça mais ninguém”

**Miguel Matos Chaves** (único candidato conhecido à liderança do CDS-PP)

TSF, 15/4/05

“Estou a reflectir, mas uma coisa fique clara, não estou a concorrer com o dr. Telmo Correia para a liderança do partido”

**José Ribeiro e Castro**

“Sábado”, 15/4/05

## AGENDA AUTÁRQUICA

**25 de Abril – 20h30** – Pavilhão Adão Lobo Sporting Clube, no Cadaval – Apresentação pública da candidatura de Maria João Botelho

**29 de Abril – 20h30** – Alfândega do Porto: Fórum Novas Fronteiras do Poder Local

**30 de Abril – 16h00** – Culturgest, em Lisboa: Fórum Novas Fronteiras do Poder Local

**3 de Maio – 20h00** – Hotel Altis, em Lisboa: Jantar com os cabeças de lista do distrito, com a presença de José Sócrates

**6 de Maio – 20h00** – Auditório da Caixa de Crédito Agrícola, em Águeda: Apresentação pública da candidatura de Gil Nadais, com as presenças de Jorge Coelho e Manuel Alegre

**7 de Maio – 15h00** – Setúbal: Fórum Autárquico, com a participação de Jorge Coelho

**8 de Maio – 17h00** – Recinto de Festas de Evendos, em Mação: Apresentação pública da candidatura de José Martins, com a presença de Jorge Coelho

**11 de Maio – 18h00** – Palácio da Bolsa, no Porto: Apresentação pública da candidatura de Francisco Assis, com a presença de Jorge Coelho

**15 de Maio** – Faro: Fórum Autárquico, com a participação de Jorge Coelho

**20 de Maio – 10h00** – Pavilhão do Farense ou D. Afonso III, em Faro: Apresentação pública da candidatura de José Apolinário, com a presença de Jorge Coelho

**21 de Maio** – São Pedro do Sul: Apresentação pública da candidatura de Vítor Barros, com a presença de Jorge Coelho

**21 de Maio – 20h00** – Pavilhão Desportivo Ana Castro Osório, em Mangualde: Apresentação pública da candidatura de João Azevedo, com a presença de Jorge Coelho

**28 de Maio** – Madeira: Convenção Autárquica, com a participação de Jorge Coelho

**4 de Junho** – Guimarães: Fórum Autárquico, com a participação de Jorge Coelho

**5 de Junho – 17h00** – Hotel da Cartuxa, em Évora: Convenção Autárquica, com a participação de Jorge Coelho

**5 de Junho** – Beja: Apresentação pública de todos os candidatos às câmaras do distrito

**18 de Junho – 17h00** – Lousada: Apresentação pública da recandidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

**18 de Junho – 18h30** – Pensão Borges, em Baião: Apresentação pública da candidatura de José Luís Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

**25 de Junho** – Coliseu de Lisboa: Apresentação pública de todos os candidatos às câmaras do distrito, com a presença de Jorge Coelho

**10 de Julho – 16h00** – Barragem de Vila Pouca de Aguiar, em Vila Real: Convívio Autárquico Distrital

## VILA DO BISPO

### RUI CORREIA PRETENDE ARRANCAR AUTARQUIA DO MARASMO

O independente Rui Correia é o cabeça de lista do PS ao Executivo camarário de Vila do Bispo nas eleições autárquicas.

Capitão-de-fragata na reserva, licenciado em Direito, 54 anos, natural de Figueira de Budens (concelho de Vila do Bispo), Rui Correia é considerado por Miguel Freitas, presidente da Federação do Algarve do PS, como “o homem que o concelho precisa para passar à acção os sonhos desta terra”. “Vila do Bispo é uma prioridade socialista no Algarve e por isso escolhemos um grande candidato que conhece muito bem o concelho, os seus problemas, as suas expectativas, que se destaca pela sua grande inteligência e

tenacidade, sendo mesmo obstinado na defesa da sua terra”, explicou ao “Acção Socialista” o dirigente distrital.

Já Rui Correia, depois de acusar a gestão laranja de votar o município a um autêntico “marasmo social, cultural e económico”, afirmou-se pronto e preparado para “elaborar um programa de acção com a colaboração da população e das forças vivas do concelho”.

E porque não há tempo a perder, o candidato apresentou as suas prioridades imediatas, apontando que, em termos de equipamentos colectivos, apostará no Centro Oceanográfico, na Pousada da Juventude, no Complexo Desportivo, no Museu Tecnológico de Agricultura,

no Ceileiro de Vila do Bispo, no Museu de Arqueologia, na Confraria Gastronómica do Perceve, no Centro Tecnológico para formação profissional de jovens e na Biblioteca Municipal.

Rui Correia manifestou-se empenhado na criação de uma rede integrada de Centro de Dia, na requalificação e recuperação das aldeias de Pedralva e Hortas do Tabual, na habitação social a custos controlados, no Itinerário Complementar da Via do Infante a Vila do Bispo, na reconversão e requalificação do Porto de Pesca da Baleeira, na promoção do ecoturismo e dos desportos radicais e na edificação no concelho de monumentos ao Infante D. Henrique e às Descobertas.

## SÃO BRÁS DE ALPORTEL

### ANTÓNIO EUSÉBIO QUER RENOVAR COMPROMISSO COM A TERRA

Aliando a sua ambição de jovem à responsabilidade de dar continuidade ao trabalho que encetou em São Brás de Alportel, o camarada António Eusébio aceitou o desafio de se recandidatar pelo PS à presidência do concelho a que preside actualmente.

Esta decisão e a confirmação da “boa escolha” feita em sede concelhia, foi saudada pelo líder da estrutura distrital socialista do Algarve, Miguel Freitas, que, em conversa com o “Acção Socialista”, descreveu o candidato à liderança da gestão deste município algarvio como “o nosso mais novo presidente de câmara, que soube corresponder às expectativas que nele

depositámos e associar o seu dinamismo e a sua visão própria ao respeito pelo passado e pela memória do nosso camarada José Pires”.

Por sua vez, António Eusébio explicou, no jantar de apresentação da sua recandidatura, que a renovação do seu compromisso com o concelho “tem por base um conhecimento da realidade concreta do município” e um “projecto sólido e aberto” para desenvolver São Brás “a longo prazo”, definido pela “conjugação de várias vontades” e “independentemente do ritmo eleitoral de quatro anos”. Depois de fazer um balanço do seu primeiro mandato, o candidato

socialista referiu, visivelmente emocionado, que é o “amor à terra” que o faz “aceitar este desafio” e lhe dá “a responsabilidade de continuar a trabalhar para vê-la crescer, desenvolver-se, ser cada vez mais bela, mais moderna, mais capaz de responder aos desafios do futuro.”

Consciente do que ainda ficou por fazer e falando das prioridades e desafios para os quatro anos que se seguem, o edil apontou como linhas de força da sua proposta autárquica a solidariedade, desporto, acessibilidades, renovação urbana, ambiente, abastecimento de água e o saneamento básico.

# EURODEPUTADOS PEDEM MEDIDAS QUE AJUDEM A MINORAR A SECA

Por iniciativa dos eurodeputados do PS, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu apresentou, na semana passada, no plenário de Estrasburgo, uma proposta de resolução sobre a situação de seca extrema que se vive em Portugal, pedindo à Comissão Europeia a rápida adopção de medidas que ajudem a minorar a gravidade da situação. Fizeram intervenções em plenário sobre este tema os deputados Capoulas Santos, Paulo Casaca e Jamila Madeira.

No documento, cujas principais linhas foram aprovadas pelo plenário do Parlamento Europeu, os socialistas lembram que a ausência de precipitação em Portugal tem vindo a provocar um fraco ou quase nulo crescimento da vegetação, comprometendo as colheitas e gerando uma enorme escassez de alimentos para os animais. Estudos efectuados para uma projecção a onze meses do impacto da seca, são estimadas perdas no Valor Acrescentado Líquido na ordem dos 34 por cento ou mesmo 40 por cento nas zonas mais afectadas. Perante este cenário, os eurodeputados instaram a Comissão Europeia a desencadear todos os mecanismos legais aplicáveis à situação, visando permitir o pagamento antecipado dos diversos prémios a que os agricultores têm direito. Por outro lado, pediram que, nos termos da regulamentação comunitária



e a exemplo do que já aconteceu em situações anteriores, seja facultada a mobilização de cereais dos "stocks" de intervenção comunitária e a exemplo resultantes dos excedentes existentes em alguns Estados-membros.

Pretendem também a concessão de diversas derrogações à aplicação de alguns regulamentos comunitários, designadamente, a permissão do pastoreio nas zonas de "set-aside" ou de áreas cultivadas de cereais, cuja afectação do ciclo produtivo anula qualquer possibilidade de colheita, bem como a autorização para que as autoridades concedam as ajudas de Estado adequadas às circunstâncias, sobretudo

aos pequenos agricultores.

Finalmente, os eurodeputados socialistas apelaram à Comissão e ao Conselho da União Europeia para que dêem a sequência devida à Comunicação "Gestão de riscos e das crises na agricultura", por forma a que seja instituído o mais rápido possível um sistema de protecção eficaz de âmbito comunitário para defender os agricultores europeus de crises e de riscos como aqueles que decorrem a actual situação de seca em Portugal.

Os deputados socialistas portugueses que intervieram em plenário agradeceram a solidariedade da União Europeia, tendo Capoulas Santos lembrado que a adopção rápida de medidas de apoio teria um impacto quase nulo no orçamento comunitário, uma vez que a mobilização dos recursos seria feita sobretudo através de pagamentos antecipados e de derrogações de normas de vários regulamentos.

Entre outras coisas, Paulo Casaca alertou para a gravidade da situação que se vive na margem esquerda do Guadiana e Jamila Madeira aproveitou para apelar à Comissão para resolver o diferendo com o Estado português relativamente à barragem de Odelouca, o que neste caso tem dificultado uma resposta mais cabal ao problema da seca a região algarvia.

# SOCIALISTAS DE ALJUSTREL EMPENHADOS NA REABERTURA DA MINA

A possível reabertura da mina de Aljustrel dominou as intervenções políticas feitas no almoço-convívio socialista realizado no passado sábado, no centro comunitário de Rio de Moinhos, concelho de Aljustrel, em que participaram mais de duas centenas de militantes e simpatizantes socialistas. Luís Ameixa, presidente da Federação do Baixo Alentejo do PS, e Nelson Brito, candidato socialista à Câmara de Aljustrel, centraram as suas intervenções na análise da situação do concelho e nas

perspectivas de desenvolvimento sustentado que se colocam a partir da perspectiva de reabertura da mina de Aljustrel, no quadro de uma aliança estratégica entre o Estado e uma empresa privada internacional.

Sobre este ponto, os oradores afirmaram que o PS irá envidar todos os esforços para a reabertura da mina - que dará emprego a cerca de 300 pessoas - seja uma realidade, num concelho votado ao ostracismo pelo Governo anterior.

Luis Ameixa e Nelson Brito sublinharam ainda que a possibilidade de reabertura da mina, tal como tinha sido negociado nos governos de António Guterres, veio provar que "as críticas feitas na altura por alguns sectores não tinham razão de ser".

Neste almoço-convívio que decorreu num clima de grande confraternização, intervieram também os camaradas Pedro Nuno, secretário-geral da JS, e João Paulo Duarte, presidente da Concelhia de Aljustrel.

# CONCELHIA DE MAFRA INTEGRADA NA FAUL

Teve lugar no passado dia 13 na Concelhia de Mafra uma reunião do Secretariado da FAUL com os presidentes da Concelhia. Este encontro assinalou a transferência desta estrutura socialista do âmbito da FRO para a FAUL. "Esta reunião que teve como ordem de

trabalhos a análise da situação política e o processo das autárquicas, simbolizou a integração plena da Secção/Concelhia de Mafra na FAUL, num processo que decorreu num clima de total transparência", afirmou ao "AS" o camarada João Serrano, do Secre-

tariado da FAUL.

O processo de transferência efectuou-se a pedido da Secção/Concelhia de Mafra, tendo recebido pareceres favoráveis dos Secretariados da FAUL e da FRO, bem como do Secretariado Nacional.

# TRÊS NOVAS SECÇÕES NO CANADÁ

Três novas secções do Partido Socialista vão nascer no Canadá, designadamente em London, Hamilton e Kingston. A criação destas secções insere-se no esforço do PS para criar, reorganizar e expandir as suas estruturas no estrangeiro, tornando-as

mais presentes junto das comunidades locais.

Na inauguração das secções estará presente o director do Departamento de Comunidades do PS, Paulo Pisco, que participará também em Toronto num encontro comemorativo do 6º

aniversário da secção local, de que é secretário-coordenador Joel Filipe.

O responsável pelo Departamento de Comunidades participará também nas comemorações do 25 de Abril na Associação Democrática de Toronto e na Associação Portuguesa de London.

OPINIÃO

# A DIREITA PORTUGUESA À PROCURA DE AUTOR

*O corporativismo salazarista nunca passou de uma cópia menor do fascismo mussoliniano entremeado de patriarcalismo ruralista. No presente, com vinte anos de atraso, despontam os adoradores do thatcherismo com os seus projectos de desmantelamento do Estado Social e da limitação dos direitos sindicais no âmbito da contratação colectiva e da lei da greve, bem como com a sua apologia da mão invisível do mercado. Em suma, nada que o anterior Governo não tenha já ensaiado.*

**JOAQUIM JORGE VEIGUINHA**

A vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas de 2004 desencadeou uma crise existencial na direita portuguesa. Nem sequer se poderá falar de crise ideológica, já que tanto no passado como no presente a direita nacional nunca produziu doutrina original, mas viveu pura e simplesmente do plágio das ideias das outras direitas europeias. Assim, o corporativismo salazarista nunca passou de uma cópia menor do fascismo mussoliniano entremeado de patriarcalismo ruralista. No presente, com vinte anos de atraso, despontam os adoradores do thatcherismo com os seus projectos de desmantelamento do Estado social e da limitação dos direitos sindicais no âmbito da contratação colectiva e da lei da greve, bem como com a sua apologia da mão invisível do mercado. Em suma, nada que o anterior Governo não tenha já ensaiado.

Para alguns a angústia existencial transforma-se em metáfora nevrotica, tal não é a crise. João Salgueiro, presidente da Associação Portuguesa da Bancos e da SEDES, enquadra-se perfeitamente nesta psicopatologia freudiana. Numa entrevista ao suplemento económico do jornal *Público*, em 24 de Janeiro deste ano, perguntaram-lhe, parafraseando a célebre frase de Cavaco Silva, se a má economia ia expulsar a boa economia. Resposta: "Não é a boa economia ou a má economia. A regra do jogo é um bocadinho a lei da selva. O leão é mau animal - e o que é comido é bom animal? Não é nesse ponto moral que se coloca a questão. Se aceitamos a concorrência, então os mais fortes vão ganhar. Devemos desejar que haja um mínimo de regras."

Não é novidade para ninguém que na selva não existem regras morais, pois os mais fortes devoram sem piedade os mais fracos fiéis ao princípio darwiniano da sobrevivência do mais apto. A originalidade do nosso leitor apressado de Nietzsche é que a sua selva deve ter um mínimo de regras, o que faz emergir desde logo dois tipos de predadores: os que devoram as suas vítimas dentro das regras e os que, tragando-as fora das regras, serão, ao que tudo indica, punidos pelas leis. Mas se nos pusermos no lugar das vítimas do rei leão, esta subtil distinção torna-se irrelevante, já que tanto num caso como no outro a única coisa que lhes resta é serem pura e simplesmente devoradas. Além do mais, numa época de flexibilização e desregulamentação como a nossa um número crescente dos que eram devorados fora das regras passarão a sê-lo dentro das regras, pelo que o número de vítimas irá inevitavelmente aumentar. Apesar disto, convicto da originalidade da sua metáfora, o nosso profundo filósofo convida os cidadãos a reflectirem prospectivamente: "A primeira coisa é convidar as pessoas a pensar no futuro. Que é uma coisa que os portugueses fazem pouco". Que futuro resta então, pergunta-se, aos portugueses que não fazem parte da corte do rei da selva? Provavelmente, a consolação de que ao serem devorados estão a contribuir para o crescimento económico e a prosperidade nacionais. *Post mortem*, entenda-se.

Abandonando as metáforas, o historiador Rui Ramos continua a saga dos bons conselhos à população portuguesa que resiste a compreender que a nova direita apenas quer o seu bem. Numa entrevista ao *Público*, em 7 de Fevereiro de 2005, inventa a hipótese segundo a qual poderia ser possível que os portugueses "quissem todos o "partido Estado" onde 56 por cento já estão inscritos". Interrogado se tal hipótese "seria insustentável no plano europeu", responde céptico: "Não se a maioria da população portuguesa preferir o empobrecimento às desigualdades sociais que estão inerentes aos sistemas mais dinâmicos de crescimento económico".

Ou seja: a maioria da população portuguesa é irresponsável, pois continua a não compreender qual é o seu verdadeiro interesse. Talvez porque tem os níveis salariais mais baixos da antiga Europa dos Quinze. Provavelmente porque possui os índices de pobreza mais elevados e os níveis de protecção social mais baixos da velha Europa. Talvez ainda porque tenha consciência que um crescimento que aprofunde as desigualdades sociais beneficiará apenas alguns e distribuirá à maioria algumas migalhas ou nem sequer isso. Que sentido terá então este crescimento? Ai de nós, como são casmurros estes portugueses.

## SUGESTÕES DE MANUELA DE MELO

## MÚSICA, POIS CLARO!



Falemos pois de música, agora que se vive a semana de abertura da Casa da Música no Porto e se aproxima a Festa da Música do Centro Cultural de Belém.

O poliedro que Rem Koolhaas inventou para albergar o projecto delineado, em 1998, por Pedro Burmester, tornou-se motivo central de discussão, desde o "gosto/não gosto" de quem o vê até às mais elaboradas teses sobre o seu impacto urbano e cultural, que enchem jornais, despertam paixões e convertem delatores. Há depois as sempre mediáticas derrapagens de tempo e custos — que são medidas comparando dados incomparáveis — e os episódios da novela edifício BPN.

Convém não esquecer o essencial, aquilo que, a serem assumidas as responsabilidades de todos os intervenientes, perdurará: a Casa da Música é a casa de todas as músicas para todos os públicos. Não é um "slogan", é um objectivo traçado em 1998 e cuja execução começou no ano seguinte, teve o ponto alto durante a Capital Europeia da Cultura/Porto 2001 e se manteve desde então à espera de ter a sua própria casa.

A Casa da Música representa algo de raro em Portugal: primeiro, definiu-se o projecto cultural, a sua pluralidade de géneros, tendo como linha comum apenas (e que difícil este apenas...) a qualidade da(s) música(s). Depois, encomendou-se a Casa, com um "caderno de encargos" onde se especificaram as salas de concertos, os espaços de ensaio e gravação, de produção musical e serviços educativos, os bares, as lojas e restaurantes.

Rem Koolhaas leu o "caderno de encargos" com a ousadia provocatória que caracteriza o seu percurso de arquitecto; engenheiros e operários esmeraram-se na execução dum projecto complexo pela sua forma e materiais. E a Casa da Música ali está, pousada na segunda centralidade do Porto, marca contemporânea na longa construção da cidade, oportunidade (como Serralves nas artes) de provocar o sobressalto qualitativo tão necessário na música. Não só no Porto, em todo o país e para além dele, através das redes de colaboração a que já pertence.

A CdM (fixem esta sigla!) é também Casa de todos os públicos: o que, desde 2000, acompanha a excelência do Remix, o vê crescer incorporando jovens músicos quando é preciso; o que segue a programação eclética, onde cabe a música erudita de todas as épocas, a ópera, o jazz, o fado, o rock; o público fiel da Orquestra Nacional do Porto e o que acompanha, desde 99, as apresentações do Estúdio de Ópera; o público das escolas e dos bairros, por vezes chamado a passar para o lado do palco nas notáveis produções dos serviços educativos.

A Casa da Música merece a sua curiosidade e a sua visita. Assistir a um concerto no Grande Auditório é uma experiência nova, pela qualidade da acústica e pelo ambiente da sala. Se perdeu o espantoso concerto da Philharmonia Orchestra, ainda pode escutar Brendel, no próximo fim-de-semana, ou assistir a qualquer outro dos concertos propostos. Não se esqueça: a Casa da Música também é sua...

Nota: No CCB, 22, 23 e 24 de Abril, tem a Festa da Música, dedicada a Beethoven e alguns amigos. Procure ouvir o que se ouve menos habitualmente nas salas de concerto, e terá algumas surpresas.

## REFERENDOS

## PRIMEIRO-MINISTRO EM SINTONIA COM PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou ontem estar em sintonia com o Presidente da República que pediu aos partidos "um debate democrático aprofundado" para que os referendos sobre aborto e Europa garantam "uma participação cívica significativa".

"Não podia estar mais de acordo com o Presidente da República", disse José Sócrates aos jornalistas, na Assembleia da República, antes do lançamento do livro "O PS e a Democracia", e após ter sido recebido em audiência pelo Presidente Sampaio.

O primeiro-ministro insistiu na ideia de que "não compete ao Governo ou aos partidos proporem datas" para a realização dos referendos, sublinhando que "aquilo que o Presidente da República decidir será seguramente bem decidido".

O chefe do Executivo frisou ainda que "até hoje, "ninguém ouviu alguém do Governo ou o líder parlamentar do PS proporem uma data" para o referendo sobre interrupção voluntária da gravidez.

"O Governo ou o PS nunca exprimiram qualquer proposta de calendário, nem preferência quanto à prioridade dos referendos (aborto e tratado constitucional



da União Europeia), porque isso seria condicionar a acção do Presidente da República", sustentou ainda José Sócrates. Também o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, colocou a decisão do lado de Jorge Sampaio quanto às datas dos referendos. "Demos conta ao Presidente da República da nossa posição de fundo sobre estas matérias, mas não se trataram questões de datas, da nossa parte", disse na segunda-

feira Alberto Martins, que falava em Belém, à saída de uma audiência com Sampaio, acompanhado pelo coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho. "A nossa posição de partida é não darmos prioridade a nenhum dos referendos. São ambos muito importantes. A matéria do calendário é uma matéria cujo procedimento nos é em grande medida alheio", afirmou.

## ENTREVISTA DE SÓCRATES À RTP

## RECUPERAR CREDIBILIDADE E SENTIDO DE ESTADO

Na primeira entrevista desde que é primeiro-ministro, concedida à RTP, José Sócrates apontou como uma "tarefa fundamental" do seu Governo "recuperar a credibilidade e o sentido de Estado", dadas as "circunstâncias" em que foi dissolvida a Assembleia da República. É que, acrescentou, "só se fala quando se tem alguma coisa para dizer e não por espalhafato ou para comentário político". O primeiro-ministro asseverou que conseguiu concretizar a equipa de Governo que idealizara após o PS vencer as eleições, recusando a ideia de que o seu Executivo se encontrasse remetido ao silêncio.

É adiantou ainda que António Vitorino lhe tinha comunicado antes do processo de formação do Governo não estar disponível para integrar o seu Executivo e que "os seus planos eram ser deputado e acabar o doutoramento". Na entrevista, Sócrates anunciou que o Governo vai apresentar em breve um

plano de combate à evasão nas contribuições para a Segurança Social por parte das empresas e também um segundo plano de combate à fraude no acesso às prestações sociais.

José Sócrates referiu que o Governo pretende combater as fraudes "nas baixas médicas, nos subsídios de desemprego e no acesso ao Rendimento Social de Inserção", porque se tratam de "abusos imorais", e adiantou que todos os cidadãos que se encontram há mais de 30 dias de baixa "serão obrigatoriamente vistos por uma junta médica" para confirmar os impedimentos derivados da situação de doença.

O primeiro-ministro afirmou também que o Governo irá apresentar medidas de combate à fraude fiscal em Junho, quando entregar na Assembleia da República a proposta de Orçamento Rectificativo para 2005, e estimou que o défice real de Portugal se encontra "muito acima dos cinco por cento e

perto dos seis por cento".

Afastando liminarmente a possibilidade de um eventual aumento de impostos, por tratar-se "do caminho errado" para a economia portuguesa, reafirmou que a prioridade do Governo "é reduzir a despesa, promover o crescimento económico e aumentar a eficiência do combate à fraude e evasão fiscais".

No plano político, José Sócrates remeteu a escolha do candidato socialista às eleições para a Presidência da República para depois do Verão ou, eventualmente, para o período posterior às eleições autárquicas de Outubro.

Questionado sobre se a sua a sua prioridade é a realização do referendo europeu em simultâneo com as eleições autárquicas ou o referendo sobre o aborto, o secretário-geral do PS salientou, mais uma vez, que "os partidos propõem os referendos mas não os marcam porque essa é uma competência do Presidente da República".

Acção  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR INTERINO **Silvino Gomes da Silva** silvino@ps.pt | REDACÇÃO **J.C. Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt  
EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval** | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista: Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao